# NegóciosEstrangeiros

Edição Digital Janeiro 2019 | número 8

Publicação digital do Instituto
Diplomático do Ministério
dos Negócios Estrangeiros

## Seminário Diplomático 2019
## Intervenções

Carlos Monjardino
Augusto Santos Silva
António Vitorino
Ana Santos Pinto
Fernando Jorge Cardoso
Nuno Brito
Arlindo Oliveira
Mário Centeno
Álvaro Mendonça e Moura

iD INSTITUTO DIPLOMÁTICO

REPÚBLICA PORTUGUESA | NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Revista Negócios Estrangeiros
N.º 8 | Seminário Diplomático 2019
Edição Digital

Revista Negócios Estrangeiros
N.º 8
Edição Digital

Seminário Diplomático 2019

Publicação do Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros

*Direção*
Embaixador José Freitas Ferraz

*Direção Executiva e Edição Digital*
Isabel Beja e Costa

*Design Gráfico*
Marco Rosa
Isabel Beja e Costa

*Edição*
Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)
Palácio das Necessidades, Largo do Rilvas – 1399-030 Lisboa
Tel. +351 213 946 400 | E-mail: idi@mne.pt

*Número*
Seminário Diplomático 2019
3 e 4 de janeiro de 2019

# Seminário Diplomático 2019
## Intervenções

Carlos Monjardino
Augusto Santos Silva
António Vitorino
Ana Santos Pinto
Fernando Jorge Cardoso
Nuno Brito
Arlindo Oliveira
Mário Centeno
Álvaro Mendonça e Moura

iD
INSTITUTO
DIPLOMÁTICO

# Índice

Índice ..... 0

Nota introdutória ..... 1

Presidente da Fundação Oriente
**Carlos Monjardino** ..... 2

Ministro dos Negócios Estrangeiros
**Augusto Santos Silva** ..... 5

Diretor Geral da Organização Internacional das Migrações
**António Vitorino** ..... 6

Secretária de Estado da Defesa Nacional
**Ana Santos Pinto** ..... 7

Professor do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)
**Fernando Jorge Cardoso** ..... 16

Representante Permanente de Portugal junto da União Europeia
**Nuno Brito** ..... 23

Presidente do Instituto Superior Técnico
**Arlindo Oliveira** ..... 27

Ministro das Finanças e Presidente do Eurogrupo
**Mário Centeno** ..... 38

Secretário Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros
**Álvaro Mendonça e Moura** ..... 45

Programa do Seminário Diplomático 2019 ..... 55

Notas Biográficas dos Oradores ..... 57

# Nota introdutória

O seminário diplomático realizou-se nos dias 3 e 4 de janeiro, tendo como participantes – para além dos chefes de missão – membros do Governo, quadros da Administração Pública, das empresas e das Universidades.

Na sessão pública de abertura, usaram da palavra o Ministro dos Negócios Estrangeiros e o Diretor Geral da Organização Internacional das Migrações, António Vitorino.

Na tarde do primeiro dia sucederam-se dois painéis. O primeiro ("Diplomacia Económica: Utilizar o Turismo") teve como participantes o Secretário de Estado da Internacionalização, a Secretária de Estado do Turismo e o Administrador do Grupo Vila Galé. No painel "Europa e África: Parceria para o Desenvolvimento", intervieram a Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, a Secretária de Estado da Defesa Nacional e o Professor do ISCTE, Fernando Jorge Cardoso.

Os trabalhos do segundo dia abriram com um painel sobre os "Reptos da Industrialização" com a presença da Diretora de Machine Learning da Universidade Carnegie Mellon e do Departamento de Inteligência Artificial da JP Morgan Chase, Manuela Azevedo bem como o Diretor do Instituto Superior Técnico, Arlindo Oliveira.

Na parte da tarde o Ministro dos Negócios Estrangeiros e o Ministro das Finanças presidiram ao painel temático sobre "Os Desafios da Zona Euro".

José de Freitas Ferraz
Embaixador
Diretor do Instituto Diplomático

# Presidente da Fundação Oriente

**Carlos Monjardino**

Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros

Senhor Diretor-geral da Organização Internacional das Migrações

Senhoras e senhores membros do Governo

Senhor Diretor do Instituto Diplomático

Excelências

Minhas senhoras e meus senhores

Quero dar a todos as boas-vindas, em meu nome pessoal e em nome da Fundação Oriente. É uma honra voltar a receber o Seminário Diplomático no Museu do Oriente.

Quero cumprimentar os diplomatas portugueses, na pessoa do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Professor Augusto Santos Silva, e quero dar os meus parabéns ao Dr. António Vitorino pela sua eleição como Diretor-geral da Organização Internacional das Migrações. É um feito notável conseguir essa posição depois da eleição do Secretário-Geral das Nações Unidas, mas esse feito só surpreendeu quem não conhece as qualidades excecionais do Dr. António Vitorino e quem não conhece a capacidade única da diplomacia portuguesa para impor os seus candidatos nas instituições europeias e internacionais.

Quero ainda, se me permitem, acrescentar duas palavras sobre a situação internacional. O ano que passou confirmou as piores previsões sobre a crescente intensidade na competição entre as principais potências, sobre a paralisia da ordem multilateral e sobre a crise da democracia representativa.

Desde logo, os Estados Unidos parecem ter renunciado às suas

responsabilidades como garantes da ordem liberal, assim como desistiram de estar na primeira linha na resposta aos conflitos regionais, na Europa, no Médio Oriente ou na Ásia. Essa mudança, anunciada desde a última eleição presidencial norte-americana, traduz-se num aumento exponencial da conflitualidade e da imprevisibilidade na política internacional. Por outro lado, as potências democráticas da Europa e da Ásia não conseguem, sozinhas, restaurar as condições de estabilidade indispensáveis para conter os riscos de desagregação da ordem multilateral. Por último, a democracia está a ser posta em causa pela força das tendências populistas autoritárias à escala internacional. As mudanças políticas em Itália ou no Brasil são apenas os últimos sinais que confirmam essa viragem.

Nesse contexto, é difícil não começar o novo ano sob o signo do pessimismo. O impasse do "Brexit" revela o declínio de um grande país que é um aliado crucial de Portugal.

Os projetos de refundação da União Europeia estão reféns da contestação populista e da ressurgência nacionalista, que podem determinar os resultados da próxima eleição do Parlamento Europeu. Portugal é dos poucos que resiste a essa deriva anti-europeia e anti-democrática.

A paralisia das instituições internacionais, a incerteza nas relações entre os Estados e a volatilidade política nas democracias pluralistas passaram a ser a regra.

Essa nova realidade vai pôr à prova a diplomacia portuguesa, que tem uma longa experiência da política internacional.

Essa experiência está bem documentada no Museu do Oriente, onde podem visitar a exposição Três Embaixadas Europeias à China - a primeira de Frei Lourenço de Portugal, enviado do Papa ao Imperador Mogol, em 1245; a segunda de Tomé Pires, enviado de D. Manuel ao Imperador Ming, em 1517: e

a terceira de Francisco Pacheco de Sampaio, enviado pelo Rei de Portugal ao Imperador Qianlong, em 1752.

Estou certo de que o exemplo dos nossos maiores nos pode preparar para enfrentar tempos difíceis.

Muito obrigado.

# Ministro dos Negócios Estrangeiros

**Augusto Santos Silva**

Intervenção do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva no Seminário Diplomático 2019

Aceda **aqui**

# Diretor Geral da Organização Internacional das Migrações

**António Vitorino**

Intervenção do Diretor Geral da Organização Internacional das Migrações, António Vitorino.

Aceda **aqui**

# Secretária de Estado da Defesa Nacional

**Ana Santos Pinto**

Breves pontos de reflexão sobre **os desafios de segurança e defesa em África** e a **cooperação** nesta matéria que **Portugal** tem vindo a desenvolver, com o objetivo de contribuir para a definição de um plano de ação, no quadro da Presidência Portuguesa da União Europeia, na qual África já foi definida como prioridade.

**Estrutura:**

- Desafios de Segurança e Defesa em África: condicionantes à definição de estratégias e políticas
- Missões militares internacionais em África em que Portugal participa
- Cooperação no domínio da Defesa

## 1. Desafios de Segurança e Defesa em África

Pensar sobre esta matéria implica termos presentes as **especificidades do continente africano**, que influenciam a definição de estratégias e prossecução de políticas.

1. África é um continente não só demográfico, mas politicamente jovem. Tratam-se de países recentes, cujas estruturas estatais estão em fase de construção ou consolidação e em que a soberania é entendida como um bem precioso. Este fator é particularmente relevante quando tratamos de cooperação em matéria de segurança e defesa, com consequência, desde logo, ao nível da cooperação regional e sub-regional, que tem sido frequentemente impulsionada e desejada pelos parceiros europeus. Não

podemos ignorar a existência de estruturas militares competitivas em África, assentes numa lógica de soma zero – o que uns ganham, outros perdem – o que torna muito difícil o desenvolvimento de relações regionais de defesa que sejam verdadeiramente cooperativas, na resposta aos desafios comuns.

2. Mesmo que se reconheça a existência de desafios comuns, existe uma ausência de articulação entre estruturas sub-regionais africana, bem como no contexto da própria União Africana e entre estas e a Organização das Nações Unidas. São escassos os exemplos de mutualização das respostas aos desafios de segurança e defesa em África, por parte das organizações sub e pan regionais, e esta ausência de articulação resulta em falhas de eficácia em matérias centrais para a segurança africana.

3. Acresce uma fraca capacitação dos mecanismos regionais de gestão e resolução de conflitos violentos, muitas vezes objeto de elevados níveis de politização.

Isto significa que os conflitos regionais – tantas vezes com interligações entre si – fiquem à mercê da flutuação política global e das estratégias e interesses de atores internacionais face ao continente africano. Falo dos Estados Unidos – que recentemente apresentaram uma nova estratégia para África –, da Federação Russa, da China e também dos Estados europeus, seja numa lógica bilateral ou no contexto da União Europeia. [*African Peace Facility*, 2004; mais recentemente, *European Peace Facility* que inclui os mecanismos de gestão e prevenção de conflitos em África]

1. Africa é um continente onde a mobilidade regular de pessoas é muito limitada, mas onde as fronteiras são de uma enorme porosidade.

2. Esta realidade coloca desafios importantes, em primeira linha aos

africanos, na realização do potencial social e económico do continente, mas também, no que toca à segurança e defesa, para a criação de respostas mais efetivas de migração regular e em segurança através do continente africano.

3. A Defesa tem sido chamada a responder aos desafios migratórios, mas é importante sublinhar que o controlo das migrações, ultrapassa em grande medida a dimensão securitária e assenta, de forma muito significativa, na componente do desenvolvimento. Ou seja, na criação de condições socioeconómicas – para além, por exemplo, da dimensão ambiental – que permitam às populações – maioritariamente jovens – desenvolver o seu potencial no contexto do continente africano.

4. Para além destas especificidades, é igualmente necessário ter em consideração uma Leitura geopolítica do posicionamento do continente africano no contexto global.

5. Nesta matéria, há dinâmicas que permanecem largamente inalteradas desde o período da descolonização.

6. Por exemplo, é fundamental evitar que as dinâmicas de destabilização do Sahel (fragilidade das estruturas estatais; porosidade de fronteiras; ação de grupos terroristas; criminalidade organizada – ligação entre seguração interna e externa; interligação entre vários conflitos) se liguem às dinâmicas de destabilização da África Central e aos Grandes Lagos – 'enorme mancha' de conflitualidade no continente africano; exportação de conflitualidade e respetivas consequências.

7. A recente decisão norte-americana de retirar apoio às missões da ONU no Congo coloca desafios importantes para a gestão desta linha de conflitualidade. Tal como Frantz Fanon dizia, "África é como uma pistola e o Congo é o gatilho. Se esse gatilho explosivo rebentar, será

todo o continente africano a rebentar".

Na região do Sahel, destaca-se a criação do G-5 enquanto mecanismo de resposta composto por atores locais, embora apoiado politicamente por estruturas internacionais (ex.: UE). Importante avaliar o processo de concretização deste mecanismo, por forma a considerar 'lições aprendidas' para contributo na melhoria na dimensão de apoio externo.

Tal como referi anteriormente, a gestão dos interesses (e desinteresses) das grandes potências no espaço africano permanece um elemento central da segurança do continente e da gestão da conflitualidade que o marca. Nesse sentido, a presença francesa, britânica, norte-americana ou russa em África deve ser vista como um dos fatores primeiros de destabilização ou estabilização. Ou seja, qualquer estratégia a definir para as relações entre a União Europeia e África devem considerar e ajustar-se a estas dinâmicas.

## 2. Missões militares internacionais em África

Portugal tem assumido um compromisso com as missões internacionais que integra, designadamente no continente africano, compromisso que se deverá manter, procurando contribuir, em particular, para a estabilização da África Central.

Destaca-se a participação portuguesa, no contexto multilateral, em missões no Golfo da Guiné; Mali; Somália e República Centro Africana.

Neste último caso, importa salientar as reações amplamente positivas face à participação nacional, seja do Representante da ONU para a RCA, seja dos nossos parceiros.

Em matéria bilateral, importa destacar a presença do Patrulha 'Zaire' em S. Tomé. Reconhecendo as limitações em matéria de recursos, trata-se de uma

experiência que consideramos positiva e que valerá a pena considerar em futuros modelos de cooperação.

A experiência portuguesa em matéria de segurança (e vigilância) e segurança marítima deve ser potenciada, seja no quadro multilateral seja bilateral.

### 3. Cooperação no domínio da Defesa

Defesa entendida de forma ampla, para lá de uma leitura estritamente militar. Necessidade de articulação entre os aspetos militares e as questões políticas, económicas, étnicas ou sociológicas. Diálogos intersectoriais.

Necessidade de diferenciação entre o modelo assistencialista – que tem imperado não só na esfera nacional, mas também europeia – e um modelo de autonomização dos destinatários da cooperação (incluindo definição de eixos prioritários e responsabilização).

Como se poderão entender os conflitos na região dos Grandes Lagos ou na África Ocidental, se não se entender a Defesa e a Segurança a partir das questões identitárias ou dos recursos? Como desenhar políticas de combate ao terrorismo na África Central – onde Portugal e os seus aliados empregam forças militares destacadas na RCA – se não se entender o nexo segurança interna (combate ao crime organizado, cooperação judicial e controlo de fronteiras) segurança externa (combate aos grupos armados, violentos e desestabilizadores).

Cooperação no domínio da defesa como um contributo fundamental para o desenvolvimento de uma visão integrada da segurança regional, da gestão e resolução de conflitos, do combate ao crime organizado e para a criação de uma visão cooperativa da segurança, onde a distinção artificial entre soberania interna e externa é ultrapassada e se cria uma visão integrada deste nexo de atuação.

Entendimento da defesa e da segurança como dois eixos indivisíveis, designadamente no contexto africano.

Portugal tem procurado que os seus interesses estratégicos em matéria de segurança e defesa sejam acomodados nos quadros multilaterais em que se insere, nomeadamente na UE e na NATO. Criação de várias missões UE no terreno, demonstram que existe espaço para acomodar os interesses de Portugal e dos seus parceiros africanos.

Nexo segurança-desenvolvimento

A fusão destas duas dimensões assenta na ideia de que o progresso económico e social é a melhor forma de combater as causas profundas da violência e dos conflitos. Esta visão privilegia um olhar assente na prevenção dos conflitos e na criação de condições para que os processos de paz possam ter resultados sustentados – ou seja a ideia de construção da paz.

A União Europeia tem sido um dos atores mais empenhados nesta visão integrada e de longo prazo para a segurança, nomeadamente em África.

Enfoque na capacidade de lidar com as crises nos Estados parceiros e direcionar a estratégia de cooperação da UE não no provimento de soluções, mas na criação de capacidades internas de resposta.

A Estratégia Global da União Europeia salienta que a União "UE adotará uma abordagem conjunta para as suas políticas humanitária, de desenvolvimento, de migração, comercial, de investimento, de infraestruturas, de educação, de saúde e de investigação, e melhorará a coerência horizontal entre a UE e os seus Estados-Membros."

África é destacada como a área onde este foco no desenvolvimento como motor de paz e segurança deverá ser mais dinamizado.

Aqui há duas questões a ter em conta:

1. Por um lado, a importância de manter a definição dos objetivos de desenvolvimento distinta dos objetivos de segurança e garantir que os esforços de consolidação económica e social em curso não são postos em causa pela emergência de novas crises que irão atrair os recursos do desenvolvimento.
2. Por outro lado, o próprio modelo de desenvolvimento (e logo de paz) que é proposto, permanece teimosamente marcado pela visão ocidental e deverá encontrar espaço para diálogos frutuosos com as novas gerações de africanos, com as suas visões sobre a forma como as soluções deverão ser criadas no futuro.

Cooperação implica dois sentidos, assistencialismo vs autonomização.

A política de defesa de um país como Portugal, no continente africano, deve ser simultaneamente holística e direcionada. Holística, no sentido em que se define a partir de uma visão informada pela complexidade do espaço social e político em que se efetiva. Nem o voluntarismo, nem o simplismo serão bons pontos de partida para a nossa visão. Por outro lado, uma abordagem ambiciosa, que procure alcançar demasiados objetivos, embaterá nos limites de recursos com que a política portuguesa se depara, também ao nível da defesa.

Revisão recente dos vários programas quadro, com exceção da Guiné Bissau por razões compreensíveis.

Momento de oportunidade para promover uma reflexão sobre o modelo de cooperação no domínio da defesa. Visão renovada que permita ajustamento da estratégia a seguir e definição de uma política considerando as lições aprendidas, os modelos comparativos e as condicionantes existentes (ex. referidos na

primeira parte; a que acresce limitação de recursos e a presença/ação de outros atores internacionais)

A manutenção e investimento nas relações com os países da CPLP, no que toca à defesa, deverá ser uma prioridade. Aqui, há passos importantes que têm sido dados, na identificação das prioridades de atuação e na capacitação conjunta dos membros da CPLP, que deverão ser continuados. Este espaço político e geográfico tem vindo a desenvolver uma visão comum sobre as áreas prioritárias de cooperação que responda aos desafios de cada um e valorize os recursos que nela são partilhados.

Um vetor estruturante da nossa política externa e de segurança, que é o Atlântico, exige também uma atenção particular por parte da Defesa Nacional ao contexto africano. O Atlântico Sul permanece um espaço repleto de desafios securitários, cujos impactos negativos têm sido reduzidos, mas que poderão vir a constituir-se como focos de tensão e potencial ameaça. A nossa futura enorme Zona Económica Exclusiva, localizada no coração do Atlântico, exige-nos abordagens proactivas de gestão e prevenção de conflitos e tensões em todo o Oceano atlântico. A cooperação com São Tomé e Príncipe, na área naval visa contribuir para criar as capacidades para o país exercer a sua soberania nas suas águas territoriais e com isso passar a ser um contribuir para a segurança no importante Golfo da Guiné. A cooperação com Cabo Verde é fundamental para a segurança na África Ocidental, assim como é com Angola e a Guiné Bissau.

Face ao existente, é possível identificar linhas de orientação para esta visão renovada da cooperação no domínio da defesa:

a) Manutenção da formação de longa duração (academias), a que poderá acrescentar um vetor de formação técnico-profissional, designadamente para quadros hierarquicamente inferiores a oficiais. Importante apostar na formação 'de ponta', considerando as tecnologias identificadas nas

necessidades dos destinatários da cooperação

b) Prioridade a áreas temáticas com o a segurança marítima. Tratam-se de países costeiros e dado o know-how de PT nesta matéria seria relevante potenciais os quadros multilaterias e capacidades existentes. Poderá, ainda, considerar-se áreas com potencial de expansão, como Ciber – seja em matéria de sensibilização dos parceiros, seja na criação de capacidades (ex.: Angola).

c) Prioridade à cooperação operacional, considerando as necessidades identificadas pelos destinatários da cooperação e atendendo às limitações de recursos existentes.

d) Finalmente – reconhecendo *whishful thinking* – inclusão das Indústrias de Defesa nos modelos de cooperação, articulando a dimensão operacional (referida) e estratégias/capacidades das empresas PT.

Professor do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)
**Fernando Jorge Cardoso**

# AS RELAÇÕES EURO-AFRICANAS: REALIDADES, EQUÍVOCOS E INTERESSES

## 1. Estados, unidade nacional e privatizações: políticas desajustadas, realidades incontornáveis

Dadas as debilidades institucionais dos países africanos e as diversidades sociais, linguísticas, étnicas ou religiosas, na ausência de fatores partilhados que contribuam para a coesão e a paz social, é aos Estados que cabe a construção de identidades nacionais agregadoras, sobrepostas a outras preexistentes ou concomitantes. Este tipo de análise não tem, porém, sido refletida na implementação de medidas do género "menos Estado melhor Estado", que se limitam a seguir critérios de racionalidade económica e equilíbrio financeiro.

A partir dos anos 80 e em resultado do endividamento externo, as medidas de estabilização impostas por credores e doadores, impuseram a redução drástica de gastos orçamentais, levando à paralisação de investimentos estatais, ao despedimento massivo de funcionários e ao colapso parcial de serviços públicos. Em paralelo, foi disponibilizada ajuda para a educação, saúde, transportes públicos ou produção alimentar, afim de atenuar o desemprego e conflitos sociais e para dar tempo à maturação de reformas estruturais e à substituição de serviços públicos por privados. Para combater ineficácias e práticas de corrupção, os doadores contornaram frequentemente os Estados, canalizando a ajuda através de privados e ONG. Estas políticas aceleraram a fragilização e

deslegitimação dos Estados, tornando-se o exemplo mais negativo da ajuda externa em África no pós-independência, com resultados que, na primeira metade dos anos 90, conduziriam ao colapso de soberanias, a guerras civis e ao desagregar de coesões nacionais.

As medidas de austeridade severa foram justificadas como forma de controlar gastos dos Estados, face ao crescimento de dívidas incobráveis e de inflações perniciosas. Contudo, o encerramento ou privatização de empresas e serviços públicos, feitos na suposição que o setor privado, ele próprio frágil, os geriria de modo mais eficiente, desconsiderou uma lição básica de todas as teorias económicas: não existem mercados livres na ausência de Estados capazes de regulamentar transações económicas, de garantir a segurança das pessoas e da propriedade, ou de assegurar o funcionamento dos tribunais. Ainda hoje vemos, em diversos azimutes, justificar privatizações como medidas anti-estatistas, quando, na verdade, o inimigo do mercado é o monopólio, público ou privado.

Se é verdade que transformar políticos, militares ou funcionários em proprietários aumenta, formalmente, o setor privado, já não é líquido que eles se possam transmutar, mesmo que a médio prazo, em empreendedores eficientes e impolutos. Na verdade, em África aconteceu o mesmo que em outras geografias, ou seja, a apropriação de bens e serviços públicos foi feita em paralelo com o favorecimento a familiares, pessoas da mesma tribo, religião ou grupo social. Os novos proprietários alimentaram também ligações com os que se mantiveram no Estado, de modo a garantirem proteção, informação privilegiada e favoritismo em concursos públicos. Em suma, o nepotismo e a corrupção coexistem com Estados autoritários ou democráticos e não desaparecem com medidas de privatização.

Ao terminar este ponto convém dizer que apesar de ser hoje mais consensual a importância de capacitar instituições públicas é, contudo, menos evidente ou

quiçá menos admitida a necessidade de reforçar soberanias e unidades ou coesões nacionais.

## 2. Integração regional e mercados internos: imperativos categóricos, prioridades invertidas

A prioridade à integração económica regional (não confundir com cooperação regional, que é possível e desejável), originou inúmeros planos e incontáveis organizações regionais africanas, principalmente desde finais dos anos 70. Esta prioridade é um dos mais curiosos equívocos, prosseguidos em África, com realce a países da África Ocidental, Central (e do Norte) e tem sido fortemente apoiada pela UE, quiçá por convicção num imperativo categórico para exportar o modelo de integração europeia.

Esta prioridade é um equívoco, pois não pode haver integração económica regional sem produção de bens e serviços trocáveis e competitivos. Recordemos que o comércio externo dos países africanos com o resto mundo se tem mantido, desde as independências, entre 2% e 3% do total mundial, com as exportações continuamente assentes em produtos minerais e agrícolas. Por sua vez, o comércio intra-africano é igualmente exíguo, de 1% a 2% na África Central (e do Norte) e de 8% a 10% na África Ocidental do Franco CFA. A esta regra só escapa a zona de influência sul-africana embora seja útil lembrar que, retirando a África do Sul da equação, o comércio entre Namíbia, Botswana, Suazilândia, Lesotho, Moçambique, Zimbabwe, Malawi e Zâmbia é substancialmente inferior ao dos países da África ocidental.

Ou seja, a recorrente prioridade à integração económica regional é, para além de um continuado gasto improdutivo de dinheiros públicos, uma falácia sem

sustentação teórica ou empírica. Na verdade, os financiamentos continuados servem para cobrir gastos com o funcionamento de organismos regionais, incluindo salários de funcionários e remunerações a consultores.

Desde o início deste século a China tem vindo a financiar massivamente infraestruturas de todo o tipo. É certo que o faz para satisfação de interesses comerciais e estratégicos e que condiciona o financiamento à utilização de empresas chinesas e à garantia de ressarcimento de dívidas, muitas vezes por operações de troca direta ou pela concessão de depósitos minerais e terra para agricultura de exportação. Contudo, o envolvimento chinês tem três caraterísticas que o torna atrativo para os governantes africanos: primeiro, a não interferência nas políticas internas; segundo, o enorme volume de fundos envolvidos; terceiro, o investimento em infraestruturas, que catapulta o crescimento de economias domésticas. Diga-se, também, que os investimentos chineses são interessantes para o capital internacional, incluindo o europeu, que vê aumentar as possibilidades e oportunidades de negócio - lições moralistas sobre os perigos da cooperação chinesa acabam por ser mais ideológicas que reais.

Apesar do envolvimento de empresas europeias em obras públicas, tem sido evidente nas últimas décadas que a UE e os Estados membros não estão interessados no seu financiamento. Por isso, os investimentos chineses em infraestruturas devem ser vistos como ativos e não como ameaças – afinal de contas, os países europeus detêm abundantes vantagens competitivas numa multiplicidade de áreas que falam melhor em línguas europeias que em mandarim, turco, japonês, híndi, árabe, malaio ou coreano.

## 3. A cooperação Europa-África: equívocos renitentes, respostas inconvenientes

Apesar da dimensão da cooperação, que envolve dezenas de milhares de pessoas na Europa e vários milhões em África, porque é que políticos, empresários, jornalistas, membros da sociedade civil e universitários se mantêm tão críticos da cooperação, apesar das sucessivas alterações nos acordos e práticas da ajuda – incluindo uma evolução semântica criativa de cacofonias?

Essencialmente porque persiste um pecado original que é o designar cooperação e parcerias àquilo que, na realidade, é ajuda. Numa linguagem figurativa, embrulhar uma relação doador – recetor numa embalagem de parceria entre iguais, convida clientes (e intermediários) a recorrer constantemente ao livro de reclamações. Daí a conveniência de substituir a atual cultura da ajuda por uma cultura de interesses partilhados.

As tendências em curso na Europa prenunciam um maior peso dos interesses nacionais nos domínios do relacionamento externo. Prova disso são as iniciativas de contenção da emigração, combate a grupos terroristas e apoio à proteção ambiental que, apesar de assentes na perceção de ameaças, indicam a intenção de colocar as relações com África num patamar político e de interesses. O anúncio pela CE de uma "nova aliança África-Europa para aprofundar relações económicas e promover o investimento e o emprego", embora subvalorize o valor estratégico do relacionamento, aponta claramente para a intenção de virar a cooperação para o campo económico e dos interesses.

Confesso que a restrição de tempo a esta apresentação me dá algum conforto e atrevimento para formular duas hipóteses de prioridades estratégicas para o futuro das parcerias euro-africanas sem o ónus de ter de as justificar devidamente.

Começaria por uma prioridade que me parece óbvia, a do reforço das soberanias estatais, com o que isso significa de capacitação institucional e formação

especializada, em áreas como as da polícia e forças de defesa e segurança, tribunais e serviços judiciais, administração pública, particularmente a financeira e fiscal, governação autárquica, educação, saúde, água e saneamento, segurança alimentar ou proteção ambiental. Uma segunda prioridade seria acelerar a inserção das economias africanas nos fluxos de globalização, com o reforço dos organismos públicos de regulação do comércio e investimento externo, linhas de crédito à internacionalização de empresas e o apoio a instituições locais de pesquisa, no sentido de as tornar mais capazes de participarem e se integrarem em redes globais de excelência – neste caso contribuindo para fixar mão de obra qualificada nos respetivos países, já que a procura de parceiros locais para projetos em rede incentivaria investigadores africanos a manterem-se nas suas instituições de origem.

Termino com uma sugestão que toma em conta as duas prioridades enunciadas: o lançamento de uma parceria Europa-África para a gestão das plataformas continentais, cujo alargamento começará a ocorrer na próxima década e poderá envolver cerca de 40 países africanos e duas dezenas de países europeus. Um relacionamento construído em torno deste objetivo teria pelo menos 3 dimensões novas: uma primeira, de natureza geopolítica e de segurança, por corresponder ao maior alargamento de fronteiras desde o período da expansão colonial europeia, só que, desta vez, sem a canga do colonialismo; uma segunda, de ordem tecnológica e científica, por permitir a criação e desenvolvimento de capacidades e da inovação, incluindo em áreas de ponta; uma terceira, de índole económica e empresarial, por induzir o investimento em diversas áreas com enorme potencial de negócio.

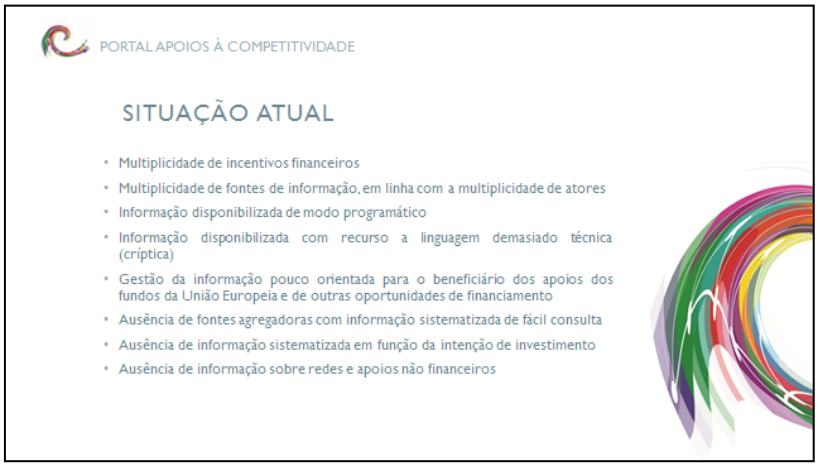
Uma parceria deste tipo obrigaria ao diálogo político para defesa de pretensões e interesses mútuos, incluindo a construção de dossiers de negociação e uma panóplia de aspetos ligados com a propriedade dos leitos do mar. Na verdade, as plataformas continentais implicam, para além de recursos piscícolas, muitos

outros aspetos estrategicamente vitais, desde a garantia da livre circulação marítima, à exploração de energias renováveis e à preservação da biosfera.

Os intervenientes nesta parceria seriam órgãos de soberania e departamentos setoriais especializados dos países e das organizações regionais e continentais europeias e africanas, para além de empresas privadas e entidades de pesquisa e académicas. A participação das atuais agências de cooperação seria subordinada a critérios beyond aid e circunscrita a domínios de implementação específicos. Por fim, porque não ensaiar o financiamento das ações da parceria através de um instrumento financeiro (trust-fund ou outro) criado para tal e composto maioritariamente por contribuições dos Estados intervenientes, europeus e africanos, calculadas em função das respetivas capacidades económicas.

# Representante Permanente de Portugal junto da União Europeia

**Nuno Brito**



PORTAL APOIOS À COMPETITIVIDADE

## ROADMAP VERSÃO 1.0

- Definição do modelo conceptual da arquitetura do Portal:
  - Levantamento de requisitos, especificações e conteúdos para a versão 1.0 do Portal Apoios à Competitividade, incluindo conteúdos versão 1.0
  - Definição de cenários para a evolução do Portal Apoios à Competitividade
- Definição da arquitetura funcional da versão 1.0 do Portal Apoios à Competitividade
- Conceção da imagem e elementos gráficos da versão 1.0 do Portal Apoios à Competitividade
- Produção da versão 1.0 do Portal Apoios à Competitividade

PORTAL APOIOS À COMPETITIVIDADE

## VISÃO

- Agregador de informação sobre os apoios à competitividade (a nível nacional e internacional), disponíveis para empresas e empreendedores
- Agregador de informação relevante relacionada com a temática da competitividade
- Piloto para o futuro Portal do Portugal 2030

PORTAL APOIOS À COMPETITIVIDADE

## CONTEÚDOS*

- Informação sobre apoios financeiros – Medidas, regras e aberturas de avisos de concurso do Portugal 2020 e outras oportunidades de financiamento como o EEA Grants e Programas Europeus, com o objetivo de aumentar a captação destas verbas por parte de Portugal. São exemplos o Programa COSME, vocacionado para as PME; o Programa Horizonte 2020, dirigido ao apoio à ciência, investigação e desenvolvimento; o Programa Erasmus+ que incide nos domínios da educação, da formação, da juventude e do desporto, o Programa Europa Criativa que visa apoiar os setores criativos e a cultura, bem como o Programa LIFE que visa apoiar o setor do ambiente.
- Informação sobre infraestruturas de acolhimento empresarial, infraestruturas tecnológicas e demais Entidades do Sistema de Investigação & Inovação
- Informação sobre redes internacionais de apoio à competitividade disponíveis para empresas nacionais
- Outra informação relevante relacionada com a temática da competitividade (v.g. I&D, Inovação, Internacionalização e Empreendedorismo)

* A definição exata dos conteúdos da versão 1.0 dependerá do resultado da fase de levantamento de requisitos, especificações e conteúdos

PORTAL APOIOS À COMPETITIVIDADE

## CONTEÚDOS*

- Sistematização da informação intuitiva, estruturada na ótica do utilizador e da respetiva perspetiva de abordagem:
  - Territorial – Informação em função da localização do utilizador ou da região escolhida por este
  - Intenção de investimento – Informação com base na tipologia de investimento/projeto que o utilizador pretende realizar
- Linguagem simples, para fácil compreensão por parte do utilizador

* A definição exata dos conteúdos da versão 1.0 dependerá do resultado da fase de levantamento de requisitos, especificações e conteúdos

PORTAL APOIOS À COMPETITIVIDADE

## FUNCIONALIDADES*

- Imagem atrativa
- Navegação fácil e intuitiva, desenvolvida na ótica do utilizador
- Interligação ou integração com fontes externas de informação existentes dedicadas a apoios disponíveis para empreendedores
- Sistema de registo de perfil com identificação de temas de interesse
- Notificação de publicação de informação com interesse para os utilizadores, em função do seu perfil

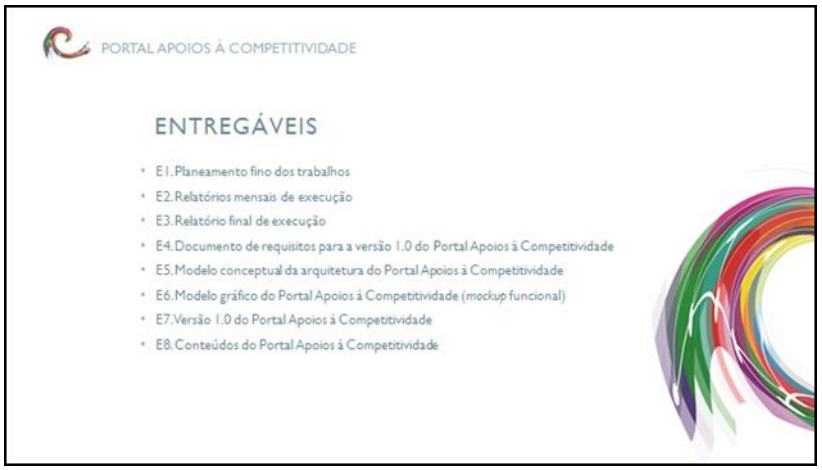
* A definição exata das funcionalidades da versão 1.0 dependerá do resultado da fase de levantamento de requisitos, especificações e conteúdos

PORTAL APOIOS À COMPETITIVIDADE

## CRONOGRAMA

| Atividades e tarefas | Semanas | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 |
| Atividade 0 – Preparação, planeamento detalhado e monitorização do projeto | | | | | | | | | | | | | |
| Atividade 1 – Desenvolvimento do modelo conceptual da arquitetura do Portal Apoios à Competitividade | | | | | | | | | | | | | |
| Atividade 2 – Definição da arquitetura funcional da versão 1.0 do Portal Apoios à Competitividade | | | | | | | | | | | | | |
| Atividade 3 – Conceção do protótipo da versão 1.0 do Portal Apoios à Competitividade | | | | | | | | | | | | | |
| Atividade 4 – Produção da versão 1.0 do Portal Apoios à Competitividade | | | | | | | | | | | | | |
| Atividade 5 – Produção dos conteúdos que integrarão a versão 1.0 do Portal Apoios à Competitividade | | | | | | | | | | | | | |

Março de 2019


PORTAL APOIOS À COMPETITIVIDADE
ENTREGÁVEIS
E1. Planeamento fino dos trabalhos
E2. Relatórios mensais de execução
E3. Relatório final de execução
E4. Documento de requisitos para a versão 1.0 do Portal Apoios à Competitividade
E5. Modelo conceptual da arquitetura do Portal Apoios à Competitividade
E6. Modelo gráfico do Portal Apoios à Competitividade (mockup funcional)
E7. Versão 1.0 do Portal Apoios à Competitividade
E8. Conteúdos do Portal Apoios à Competitividade

PRÉMIO
FRANCISCO DE
MELO E TORRES
PORTAL APOIOS À COMPETITIVIDADE
CÂMARA DE COMÉRCIO
OBRIGADO

## Presidente do Instituto Superior Técnico

**Arlindo Oliveira**

Bom dia a todos

É um prazer estar aqui neste seminário e agradeço o convite que me foi feito para dizer aqui umas breves palavras. Tentarei enquadrar o tema e tentar esclarecer um pouco o que é a inteligência artificial. É uma designação que é usada de uma forma talvez excessiva, umas vezes para dizer muitas coisas e outras para não dizer nada. Tentarei também enquadrar o tema numa visão mais vasta do que é a transformação digital a que estamos a assistir e a que vamos com certeza continuar a assistir.

A transformação digital é um resultado do rapidíssimo desenvolvimento de todas as tecnologias digitais e, em particular, da computação. Com certeza que já ouviram falar na Lei de Moore. Apesar do nome, não é realmente uma lei, mas uma constatação empírica de que o número de transístores que é possível integrar numa dada área de um circuito integrado duplica aproximadamente a cada dois anos. Isso pode não parecer muito impressionante, mas o que acontece é que se duplicarmos uma dada quantidade a cada dois anos durante tempo suficiente estaremos de facto, perante uma evolução exponencial e atingiremos, num prazo comparativamente curto valores impressionantes.

Por exemplo, se um moderno telemóvel, como o que têm nos vossos bolsos ou nas vossas carteiras, fosse feito com a tecnologia de válvulas que eram usadas nos anos 50, esse telemóvel seria do tamanho de um grande estádio de futebol, como o do Benfica ou do Sporting. Isto dá-vos uma ideia do nível de integração e do nível de evolução tecnológica que as tecnologias digitais, em geral, e a eletrónica, em particular, conseguiram, uma evolução que não tem paralelo em nenhuma outra área tecnológica, com uma possível exceção: a tecnologia de

sequenciação do DNA. Esta rápida evolução da tecnologia conduziu ao que é normalmente chamada a quarta revolução industrial.

Tipicamente considera-se que tiveram lugar duas revoluções industriais nos séculos XVIII e XIX, que aconteceram em rápida sucessão: a primeira com a máquina a vapor e a segunda com a eletricidade e diversas tecnologias relacionadas com transportes e produção industrial. Já a terceira revolução industrial, que apareceu com os computadores algures na década de 60 do século XX, precedeu a quarta que resultará de uma interação entre um número grande de tecnologias. Não será possível analisá-las todas aqui e irei apenas referir algumas.

A primeira tecnologia que importa referir é a "Internet of Things" (IoT), ou internet das coisas. A internet das coisas é baseada na ideia de que praticamente cada objeto, seja uma peça de roupa, seja um produto no frigorífico, seja qualquer outra coisa, vai provavelmente, num futuro não muito distante, ter um endereço internet e estar ligado à internet. Obviamente os frigoríficos vão estar ligados à internet, mas as coisas que estão dentro dos frigoríficos também vão estar ligadas à internet e as nossas peças de roupa também vão estar ligadas à internet, entre muitas outras coisas. Na prática isso cria no mundo digital uma cópia ou um registo digital de todos os objetos do mundo físico. Isto, obviamente, tem um potencial enorme na indústria, na distribuição, na logística, mas também muda a nossa vida do dia-a-dia e terá impactos extremamente profundos, económicos e sociais.

A segunda grande tecnologia que faz parte desta quarta revolução industrial é a biotecnologia e, em particular, a interação entre o digital e tudo o que é biológico, sejam os corpos humanos, sejam as células, sejam micróbios ou plantas. Mas, naturalmente, estamos em particular muito interessados no corpo humano, o qual é bastante importante para cada um de nós. Os nossos

conhecimentos de genética e da forma como funcionam os sistemas biológicos, assim como a capacidade que temos de perceber cada vez melhor não só a genética de cada célula, mas também os mecanismos que estão por trás dos desenvolvimentos das células, dos tecidos, dos corpos e das doenças abrem novas possibilidades. Estes conhecimentos, juntos com a capacidade de analisar os grandes volumes de dados que é potenciada pelas tecnologias de bioinformática conduzem na prática a uma possibilidade de que se fala muito, a medicina personalizada. A medicina personalizada é a ideia de que nas próximas dezenas de anos iremos assistir a uma alteração profunda na medicina. Deixaremos de usar um só medicamento ou tratamento para todos. Cada um de nós terá o seu medicamento específico, o seu tratamento específico, o seu diagnóstico específico e provavelmente um agente inteligente que nos acompanhará no dia-a-dia, fazendo recomendações e registando informação nos registos médicos.

A terceira grande componente desta área é a computação. A computação, que vem desde os anos 50, vai continuar a desenvolver-se cada vez mais. Embora a Lei de Moore não vá durar para sempre, porque sabemos que nenhuma tendência exponencial pode durar para sempre, ela já perdurou muito mais do que se esperava. Tem-se falado muito na computação quântica, mas não estou convencido que a computação quântica por si só vá representar uma revolução muito profunda na área de computação. Pode ter alguns impactos importantes em algumas subáreas, nomeadamente, em questões de segurança e em comunicações, uma vez de facto que existem aplicações nessas áreas. Porém, em termos de computação, a computação quântica não irá seguramente, pelo menos não durante a minha vida, trazer nenhuma revolução significativa. E a supercomputação continuará a avançar rapidamente. A supercomputação é precisamente esta ideia de que teremos computadores cada vez mais poderosos, que terão a possibilidade de simular sistemas cada vez mais complexos, entre os

quais sistemas biológicos, órgãos, partes do cérebro humano e até mesmo, eventualmente um cérebro humano completo, daqui a umas dezenas de anos.

A quarta grande tendência é claramente a inteligência artificial. Tem-se falado muito deste tema, mas o que é, exatamente, a inteligência artificial? A ideia básica não é muito complicada. A inteligência artificial pode ser simplesmente definida como uma tecnologia que permite aos computadores desempenharem tarefas que requerem inteligência se forem desempenhadas pelo ser humano. É uma definição um bocadinho redonda, porque é difícil definir inteligência, mas percebem porque é que a inteligência artificial é definida assim. A principal razão é que a inteligência artificial é um alvo móvel. Quando a inteligência artificial foi definida e estudada pela primeira vez pensou-se que se um computador conseguisse jogar bem xadrez, teríamos atingido o objetivo de desenvolver a inteligência artificial. Ao princípio até se começou com o jogo das damas, que era mais fácil. Existem diversas tarefas que, se forem executadas por um computador, como por exemplo reconhecer linguagem falada, demonstram que esse computador exibe inteligência artificial. Se um computador conseguir conduzir um carro, num ambiente normal, exibe inteligência artificial. À medida que cada uma destas tarefas foi sendo conquistada o objetivo foi mudando. Hoje temos computadores que são os melhores a jogar xadrez do que qualquer ser humano, e até outros jogos mais complexos, e, porém, não se considera isso verdadeira inteligência artificial.

Alan Turing foi uma personagem extremamente influente em toda a área da computação e inteligência artificial. Num artigo de 1950 argumentou, de forma muito clara e a meu ver muito atual, que a inteligência artificial é possível e que num futuro, não muito distante (ele falou em menos de um século, cerca de 50 anos) teremos sistemas cujos comportamentos em diversos aspetos serão indistinguíveis dos do ser humano, tendo proposto o famoso teste de Turing. Foi também Alan Turing que propôs pela primeira vez que, provavelmente mais

fácil do que programar um sistema para ser inteligente, será projetar um sistema que possa aprender por si mesmo a ser inteligente. Nasceu assim a ideia da aprendizagem automática, a ideia de que é possível construir sistemas que aprendem por si a desempenhar novas tarefas.

O que Alan Turing disse, mais precisamente, foi: em vez de tentar criar um sistema com as capacidades de um ser humano adulto talvez seja mais fácil criar um computador com as capacidades de um bebé recém-nascido e deixar que ele aprenda, com a experiência, comportamentos mais complexos. Foi isto que vimos aqui com os robots de CMU. Porém, é uma ideia extremamente poderosa e muito mais geral, porque existem muitas coisas que são muito difíceis de programar num computador, mas não são assim tão difíceis de executar se o computador conseguir aprender por si. Embora este processo tenha tido início em 1950, apenas alguns anos depois vieram a ser desenvolvidos vários conceitos importantes. Houve um encontro muito famoso em 1956, em Dartmouth, na Costa Este dos EUA, onde foram definidas muitas ideias importantes. Mas, durante as décadas que passaram, a inteligência artificial teve muitos altos e baixos, basicamente causados por um fenómeno que é conhecido como Paradoxo de Moravec: é fácil para os computadores executar algumas tarefas que são difíceis para nós, mas é extremamente difícil para eles executarem algumas tarefas que que são fáceis para nós.

Por exemplo, é muito fácil pôr um computador a demonstrar teoremas matemáticos. É também razoavelmente fácil pôr um computador a jogar xadrez ao nível do campeão do mundo ou até muito melhor que o campeão do mundo. No entanto, é extremamente difícil escrever um programa de computador que olhe para uma sala e reconheça que nela estão cadeiras, uma mesa, uma garrafa de água, e que aqui nesta mesma sala estão não sei quantas pessoas que estão a dormir ou acordadas, conforme seja o caso. Executar uma tarefa como essa é extremamente difícil e esse desafio resistiu ao trabalho de milhares de

investigadores durante mais de meio século. Isso levou a que muitos investigadores perdessem ânimo e a que as agências de financiamento deixassem de financiar a inteligência artificial, o que aconteceu várias vezes. Porém, com a mesma regularidade, assiste-se a um ressurgimento, um novo entusiasmo sobre o tema. O que estamos a assistir agora é provavelmente o maior ressurgimento de entusiasmo do último meio século. Ainda estamos para ver se virá um novo inverno de inteligência artificial, quando as tecnologias atuais se vierem, talvez, a revelar incapazes de resolver alguns problemas.

Qual é, realmente, o estado atual da inteligência artificial? Eu costumo organizá-la em três grandes áreas:

Há uma área na qual a utilidade da inteligência artificial está completamente demonstrada e representa provavelmente 90% ou mais do valor económico da inteligência artificial nos dias de hoje. É a área de análise de dados. A inteligência artificial é usada para analisar dados e a partir destes dados extrair valor económico. É por isto que sete das maiores empresas, em termos de capitalização bolsista, do mundo usam inteligência artificial. Algumas delas são mesmo baseadas na inteligência artificial, como é o caso da Google. Mas também a Amazon, a Facebook e a Apple, embora vendam produtos e serviços, devem grande parte do seu valor aos algoritmos de inteligência artificial que têm e que lhes permitem aproveitar os dados para criar valor comercial. Isto é uma área cuja viabilidade económica está amplamente demonstrada, é uma área que as empresas percebem, é uma área que tem grande valor económico e é uma área que obviamente também tem muitas implicações em segurança nacional e na privacidade dos indivíduos.

Toda a parte de análise de dados, de identificação de padrões, de identificação de ameaças, mas também de identificação de tendências comerciais, é uma área plenamente desenvolvida, com muitas aplicações comerciais e é ela que justifica

o chavão do Big Data, é ela que justifica o enorme valor que os dados têm. O grande valor dos dados é a razão por que tantas empresas estão disponíveis para nos fornecer gratuitamente serviços como a Apple, a Google ou o Facebook, simplesmente porque em troco nós lhes damos dados que são usados por estas empresas para obter valor comercial. Como reza o ditado: se você não está a pagar pelo produto você não é o cliente, é o produto.

Quando usamos o Facebook, quando usamos o Google, nós não somos os clientes da Google. Os clientes da Google são as empresas que pagam à Google, não somos nós, os utilizadores. Nós, como utilizadores, somos o produto. O Google guarda os nossos dados, para vender. Programas da Google leem cada um dos emails que passam no Gmail, outros programas registam cada uma das pesquisas que os utilizadores fazem, e o Google relaciona tudo isto. E há um conjunto grande de empresas que pegam nestes dados e constroem modelos cada vez mais precisos de cada um de nós. Estes dados são todos registados para grandes companhias, estes dados são extremamente valiosos e a sua análise representa provavelmente mais de 90% do valor da inteligência artificial.

Há uma outra grande área que vai sofrer um grande desenvolvimento. É a ideia de que a inteligência artificial pode ser usada para substituir funções desempenhadas por seres humanos. E existem de facto muitos empregos que provavelmente poderão ser automatizados. Muitos já foram: já não há telefonistas, já não ascensoristas, já não há as pessoas que limpam as estradas do estrume dos cavalos para as pessoas atravessarem a estrada, como havia no princípio do século XX. Muitos empregos já desapareceram, mas há muitos outros que vão desaparecer. E alguns poderão ser um pouquinho surpreendentes. Por exemplo, juristas que fazem análise de textos jurídicos de contractos, estão a ser rapidamente substituídos por programas de computador, médicos especialistas em diagnóstico estão a ser rapidamente substituídos por outros programas e é impossível aqui listar o grande número de funções que

são executáveis por computador.

Depois há uma terceira grande área de inteligência artificial que é o holy grail, se assim quiserem, da inteligência artificial, área que é conhecida em inglês pela designação Artificial General Intelligence. É a ideia de que poderá vir a ser no futuro, não sabemos se num futuro razoavelmente próximo, de poucas décadas, ou num futuro extremamente longínquo, ou mesmo nunca, poderá vir a ser no futuro projetar sistemas que tenham a generalidade, a flexibilidade e a capacidade inata de aprender, por forma a terem pensamentos, raciocínios e atuações tão flexíveis como o ser humano.

Portanto, se este objetivo da inteligência artificial vier a ser atingido, não existirá realmente nenhum emprego nem nenhuma função que não possa ser automatizada. Neste momento, já existem muitos artigos de jornal que são escritos por sistemas automáticos, muitos diagnósticos que são feitos por programas, muitas análises jurídicas feitas por máquinas. Não me atreveria aqui a dizer que a profissão de diplomata está em risco, mas seguramente algumas funções específicas da área da diplomacia poderão ser automatizadas. Vocês saberão identificar melhor do que eu quais das vossas funções são relativamente rotineiras e poderiam ser aprendidas por um sistema que tenha essa flexibilidade.

A questão do Deep Learning, a aprendizagem profunda é uma questão muito importante aqui, porque esta tecnologia está justamente a endereçar o Paradoxo de Moravec. Esta tecnologia justifica o grande entusiasmo que existe neste momento. Nos últimos cinco anos foram inventadas um conjunto de tecnologias, que são normalmente conhecidas como aprendizagem profunda, que conseguiram resolver muitos dos problemas que resistiram durante 70 anos. Por exemplo neste momento é possível ter uma câmara que olha para o que eu estou a ver e reconhece cada face e identifica se é homem se é mulher, se

está a rir, se está a dormir ou se está entusiasmado ou aborrecido. E, portanto, este tipo de problemas que resistiram durante dezenas de anos às tecnologias de inteligência artificial, neste momento estão ao alcance destas tecnologias, e existe de facto esta visão, talvez um bocadinho otimista, que estes temas terão a capacidade de se desenvolver muito rapidamente nas próximas décadas, e eventualmente aproximar-se mesmo desta ideia de que será possível desenvolver Artificial General Intelligence.

Termino com uma breve referência à questão da geoestratégia relativa à inteligência artificial. Os grandes blocos, nomeadamente a China, os Estados Unidos, o Japão e a Europa definiram estratégias para a inteligência artificial. São documentos que definem a estratégia a adotar e quais são os passos a dar.

A China tem um modelo altamente centralizado, tendo dedicado milhares de milhões de dólares ao problema. Tem neste momento uma enorme comunidade de cientistas a trabalhar em inteligência artificial, e contam com uma série de vantagens, algumas das quais regulatórias porque têm de facto muitos dados e não têm as mesmas limitações que outros países têm, nomeadamente os europeus, que tiveram cuidado de atar os pés com o RGPD. Esta medida é simultaneamente uma garantia de privacidade, mas também, simultaneamente, um obstáculo significativo ao desenvolvimento das tecnologias. Os EUA têm também uma estratégia, mas acima de tudo têm uma vibrante ecologia de empresas, pequenas, grandes e médias que trabalham nesta área. Há aqui um desafio grande para a Europa. De todas estas grandes estratégias internacionais, a da Europa parece-me, francamente a menos credível, por o investimento ser menor, por ser menos coordenada a nível internacional, e por diversas outras limitações.

Qual será o futuro da inteligência artificial?

Fazer vaticínios é extremamente difícil, especialmente sobre o futuro, mas eu,

pessoalmente, sou um otimista, penso que continuaremos a assistir nas próximas décadas, a rápidos desenvolvimentos. Com isto, estou a vaticinar que o próximo inverno da inteligência artificial não será para breve e que, pelo contrário, as tecnologias que estamos a desenvolver agora conduzirão nas próximas décadas a alterações significativas na economia, pelo impacto que terão de facto no emprego, como já foi aqui referido, porque muitas funções que são desempenhadas por seres humanos neste momento, poderão ser desempenhadas, de forma economicamente vantajosa, por sistemas baseados em inteligência artificial.

Isto não vai fazer desaparecer o emprego. Da mesma maneira que desaparecem muitos empregos, serão criados outros novos empregos, mas isso levanta a meu ver, dois desafios significativos.

O primeiro é o da qualificação: estas novas posições, estes novos empregos exigem qualificações que realmente a maior parte das pessoas não tem. Por exemplo, um taxista que é substituído por um condutor autónomo de veículos, não pode a seguir transformar-se numa pessoa que percebe de aprendizagem automática e programa computadores baseados nisto. Há um problema de adaptação das pessoas, da sociedade, a uma modificação que vai ser muito rápida.

O segundo desafio é o da distribuição da riqueza. Todas estas tecnologias tendem na prática a concentrar, cada vez mais, num pequeno número de entidades, nomeadamente em grandes empresas, a capacidade económica e tecnológica para desenvolver as novas tecnologias. Estas grandes empresas multinacionais, a Google, a Amazon, a Facebook, são maiores do que muitos países, em termos de poderio económico e maiores do que quase todos os países na sua capacidade de desenvolver tecnologias deste tipo. Vão concentrar a riqueza duma forma brutal. Algumas pessoas também vão concentrar a riqueza. Quem tem as competências para trabalhar nesta área vai ser extremamente

procurado e vai ter acesso a um mercado mundial com ordenados muito elevados. Quem não tem as competências nesta área vai ver menos empregos, menos possibilidades. A questão da distribuição para mim é essencial. Não advogo necessariamente a ideia do rendimento básico universal, a ideia de que cada cidadão deve ter um rendimento mínimo incondicional, mas alguns mecanismos de distribuição mais eficazes do que os que existem terão de ser pensados e implementados, se não quisermos uma sociedade que avança a duas velocidades: os have e os have not.

Muito obrigado.

# Ministro das Finanças e Presidente do Eurogrupo

**Mário Centeno**

Exmo. Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros,

Exmas. Senhoras e senhores membros do Governo,

Exmo. Senhor Presidente do Instituto Diplomático,

Exmas. Senhoras e senhores Embaixadores,

Caras e caros convidados,

Senhoras e Senhores,

Permitam-me começar por agradecer ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros o amável convite para estar aqui hoje convosco e participar neste Seminário Diplomático, para discutir os desafios da Zona Euro e o futuro de uma Europa mais sustentável.

O Seminário que vos junta a nós em Lisboa permite-nos refletir sobre o projeto Europeu, sobre os desafios com que este se confronta, e sobre o que devemos defender nestes tempos de incerteza quanto a uma União Europeia progressista, inclusiva e sustentável.

A política hoje parece apelar ao ressentimento e aos receios que desde sempre levaram povos a levantarem-se uns contra os outros. Nada disto é novo. É apenas uma resposta simples, demasiado simples.

Esta retórica política não deveria funcionar em democracias fortes e consolidadas. Numa democracia europeia madura, sustentada por compromissos duradouros. Devemos, pois, procurar refletir acerca destes compromissos e reforçá-los.

As últimas crises que vivemos - económicas, políticas, sociais, financeiras –

mostram-nos que não podemos dar nada por garantido.

Tal como anteriores gerações lutaram por uma Europa de paz e de igualdade, nós devemos-lhes continuar essa tarefa.

Os demagogos, na sua versão atual de populistas, prometem soluções simples para perguntas pertinentes.

Prometem lutar pelos mais desfavorecidos, e ficam com as bandeiras outrora pertencentes às forças progressistas. Mas não apresentam soluções credíveis. Baseiam-se em visões nacionalistas, antieuropeístas.

Visões que têm promovido a fragmentação dos sistemas partidários tradicionais, que resultam da indiferença e da incapacidade de conciliar as preocupações legítimas dos cidadãos, cedendo ao imediatismo, ao facilitismo e ao populismo que contrapõe uns grupos sociais contra os outros. São visões nacionalistas, contrárias aos ideais que a Europa desenvolveu.

Eu gosto de pensar que o populismo é a resposta errada, e apressada, a uma boa pergunta. Não devemos subalternizar a relevância das preocupações dos cidadãos europeus.

Temos, isso sim, que preencher o espaço político com propostas que acomodem questões como a distribuição do rendimento; a inserção dos jovens no mercado de trabalho; e a continuação do investimento numa sociedade e numa economia mais sustentáveis.

A resposta certa passa pelo desenho de soluções políticas inovadoras, baseadas em factos. Passa por medidas implementadas passo a passo e ancoradas na experiência. Que as pessoas percebam e às quais adiram.

Passa por darmos tempo para que as reformas estruturais, que defendemos no quadro europeu, produzam os seus efeitos esperados, com uma boa dose de paciência e de flexibilidade para atingir os objetivos propostos.

Passa pelo empenho na persuasão da opinião pública e pelo fortalecimento das relações internacionais, onde a diplomacia tem um papel importante.

A cooperação e intercâmbio de ideias, a partilha de boas práticas e a defesa do ideal europeu, com base em discussões abertas e construtivas são, certamente, fatores decisivos para a prossecução da integração europeia.

Destaco, nesse âmbito, o excelente exemplo dos Diálogos de Cidadãos, promovido, em primeira linha, pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.

A minha contribuição para este esforço foca-se na dimensão económica, mas isso não implica a subalternização das restantes. Enquanto Ministro das Finanças de Portugal e Presidente do Eurogrupo, tenho, por um lado, a responsabilidade de definir a política orçamental e fiscal de um país e, por outro, a de facilitar a coordenação das políticas económicas dos Estados-Membros que partilham o euro como moeda.

A interdependência entre políticas nacionais e a necessidade de uma estreita articulação entre as economias da área do euro tornou-se particularmente evidente durante a recente crise económica e financeira.

Até então, para muitos as regras orçamentais europeias eram, por si só, suficientes para garantir a estabilidade da nossa União Económica e Monetária.

Este pecado original na construção da UEM ajuda a explicar por que razão a primeira década da história da moeda única foi marcada por um conjunto de expectativas que, numa certa medida, se revelariam pouco sustentáveis.

O processo de convergência económica dos países da União foi construído sobre uma base artificial que, face a sinais de turbulência, se mostraria não apenas pouco resiliente, como ainda se revelaria potenciador dessa mesma turbulência. A crise, que começou no sector financeiro e se propagou aos soberanos, apagou os ganhos aparentes da convergência entre Estados europeus.

A resposta dada não esteve isenta de erros e comprometeu e atrasou a recuperação económica da União.

Os desafios dos últimos anos obrigaram os governos nacionais e as instituições da UE a tomar medidas céleres e excecionais. Tivemos de estabilizar as nossas economias, preservar a integridade da área do euro no seu conjunto e manter a solidez do mercado interno.

Em resultado dos esforços de cada um dos países e da ação a nível Europeu, hoje a situação é diferente.

A economia da zona euro cresce há 22 trimestres consecutivos;

Foram criados, ao nível europeu, 9 milhões de empregos, que em Portugal e noutros países têm permitido uma recuperação dos rendimentos;

O sistema financeiro e em particular o setor bancário encontra-se hoje mais capitalizado e robusto;

Este ano, os défices de todos os Estados do Euro ficarão, pela primeira vez desde que reforçamos a monitorização multilateral, abaixo dos 3 porcento (a situação de França carece ainda de avaliação específica, face a desenvolvimentos registados após a submissão de uma proposta orçamental em Bruxelas);

A dívida pública europeia prossegue uma trajetória descendente, rumo a níveis mais sustentáveis.

Apesar do abrandamento da economia em 2018, temos razões para pensar que este crescimento, que é positivo, é mais *sustentado* do que antes.

Mas isso não autoriza a imprudência. Os desafios que enfrentamos reclamam um constante esforço reformista.

Temos de preparar as nossas economias para mudanças estruturais em curso – o envelhecimento da população e o desafio demográfico, a digitalização e o

progresso da tecnologia, e a transição para uma economia verde.

Também precisamos de continuar as reformas das instituições que sustentam a nossa moeda única – para que o Euro cumpra com o ideal de ser um instrumento de prosperidade para os Europeus.

Há um ano, no último Seminário Diplomático, recordava o meu colega Ministro dos Negócios Estrangeiros a mensagem que importava ecoar na UE, de que a União Económica e Monetária tem de ser completada; mas, para sê-lo, deveria ser reformada, corrigindo-se ou aperfeiçoando-se alguns dos seus aspetos essenciais, entre os quais figuram a União Bancária, a evolução do Mecanismo Europeu de Estabilidade para um Fundo Monetário Europeu e a criação de uma capacidade orçamental própria, que pudesse providenciar instrumentos de estabilização macroeconómica e resposta a crises e instrumentos de apoio ao investimento, sendo um fator de maior competitividade e convergência, ao nível europeu.

Deixem-me dizer algumas palavras sobre este tema – e, em particular, sobre o acordo alcançado no final do ano passado no Eurogrupo e consolidado na Cimeira do Euro de dezembro.

As decisões tomadas ao final de quase 19 horas de reunião foram um passo significativo para reforçar a União dos países do euro. O acordo permitiu concretizar medidas que se arrastavam desde a crise – como o financiamento de último recurso do Fundo de Resolução Bancária – para garantir a solidez do sistema bancário europeu num cenário de crise sistémica como a que se iniciou há 10 anos.

Além disso, este acordo serviu ainda para reafirmar o compromisso de todos de prosseguir com a redução de riscos financeiros. Nomeadamente continuar as trajetórias de redução dos elevados níveis de dívida pública e de crédito malparado no balanço dos bancos.

Chegámos também a um consenso para reforçar o papel do Mecanismo Europeu de Estabilidade, onde se inclui a revisão dos instrumentos cautelares. Vista de fora, esta parece ser uma pequena reforma. Mas poderá ser uma arma importante para travar o efeito de contágio entre Estados soberanos num cenário de crise.

Para completar a União Bancária, temos ainda, por exemplo, de continuar a trabalhar na construção de um fundo europeu de garantia de depósitos.

Estas medidas não resolvem todos os nossos problemas, mas deverão tornar mais eficiente a resposta à próxima crise. São medidas que surgem da perceção de que a União tem de se construir passo a passo e de que estamos dispostos a aprender com as lições do passado.

O significado deste acordo vai para lá da sua substância. Por um lado, ele contraria a velha maldição de Monnet – de que a Europa só avança em tempos de crise. Por outro, demonstrou que o Eurogrupo soube superar a divisão paralisante entre credores e devedores e convergir em torno de medidas para benefício de todos.

Este é um bom augúrio para o trabalho que temos todos pela frente. Em particular, nos próximos meses.

Neste quadro, o maior e mais premente desafio para a União Económica e Monetária é o da construção de um orçamento dedicado para a zona euro, cujos primeiros passos foram dados também em dezembro passado.

É um momento importante de avanço no processo de integração económica e financeira na zona euro.

Esta discussão levará o seu tempo a concluir. Mas os novos instrumentos de política orçamental poderão complementar a política monetária.

Por outras palavras, o orçamento da zona euro – se for bem desenhado - poderá

contribuir para a sustentabilidade, promovendo um crescimento inclusivo no qual todos os países poderão prosperar.

A discussão do orçamento poderá tornar-se numa questão chave para o futuro da nossa moeda única e o futuro da nossa União, reavivando o interesse dos cidadãos e a participação democrática europeia.

Dez anos depois da crise, com as eleições europeias no horizonte próximo, o aprofundamento do euro numa base sustentável e inclusiva é um desígnio europeu que deve estar no centro do nosso projeto político comum.

Para esta reflexão e para a execução deste desígnio comum, contaremos sempre com o inestimável contributo da nossa rede diplomática, assente numa produtiva cooperação entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Ministério das Finanças, que aqui muito agradeço.

Obrigado.

# Secretário Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros

**Álvaro Mendonça e Moura**

Caros colegas, caros dirigentes das várias carreiras do Ministério,

O Senhor Ministro delineou já ontem as linhas mestras da ação diplomática para 2019 e deixou-nos um conjunto de orientações para este ano. Limitar-me-ei portanto a algumas observações que me parecem particularmente relevantes por se desviarem da ação mais tradicional da nossa ação diplomática, por respeitarem a iniciativas que se pretendem implementar em 2019 ou ainda a aspetos que julgo requererem uma atenção particular dos Chefes de Missão.

1. A visão estratégica que devemos ter da nossa atuação diplomática tem de passar cada vez mais por tornar centrais matérias de natureza transversal, à semelhança do que já hoje fazemos para os direitos humanos. Algumas são áreas onde Portugal tem créditos firmados internacionalmente e das quais devemos tirar o maior partido, outras carecem de uma mais constante e ativa participação nos fora internacionais. Peço por isso a todos especial empenho para que, nas leituras que fazemos das realidades político-diplomáticas onde nos inserimos, e refiro-me desde logo ao contexto bilateral, olhem também cada vez mais e com maior interesse para os grandes temas da agenda internacional. Esses temas, que vão dominar as relações internacionais do futuro, todos sabemos quais são: a proteção do ambiente, os oceanos, a energia ou as migrações. É certo que não estamos ao abrigo de sobressaltos, ainda há poucos anos inimagináveis, na arquitetura das

relações internacionais, que pela sua gravidade poderiam levar a uma subalternização destes temas transversais, mas eles são incontornáveis e de uma forma ou de outra acabarão por se impor e condicionar os vários atores. A relevância do nosso país na cena internacional passa assim também por um papel ativo nestas matérias e é muito importante que os nossos parceiros nos reconheçam, nuns domínios mais do que em outros, uma particular autoridade. Um segundo ponto que me parece absolutamente estratégico para o nosso país, é o relacionamento com as instituições financeiras internacionais. É matéria que para este Ministério foi durante muitos anos algo de longínquo, diria mesmo 'alien', mas sem uma capacidade de interlocução política com estas instituições, sem um conhecimento aprofundado das suas dinâmicas internas, de relacionamento habitual com os seus responsáveis, nós não conseguiremos contribuir para mobilizar nas direções que nos interessam os maiores fluxos financeiros disponíveis, numa altura em que se tornou patentemente obsoleta uma visão de décadas que atribuía e esperava dos Estados senão o monopólio pelo menos a esmagadora maioria da responsabilidade e do capital necessário para o desenvolvimento. Hoje sabemos que o progresso depende antes de mais da correta mobilização de capitais privados e nós temos de saber utilizar a máquina diplomática para influenciar e antecipar as decisões daquelas instituições. Temos ainda de ter em conta os novos atores, muitos oriundos da sociedade civil, com quem podemos e devemos trabalhar na área externa. São estes três temas para os quais pedia uma atenção nova, esperando que as nossas embaixadas possam acrescentá-los ao rol dos seus interesses tradicionais.

2. É certo que a atuação diplomática depende dos meios que dispomos e o MNE continua a padecer de falta dos meios necessários para levar a cabo

as tarefas de que se encontra incumbido. É assim no quadro externo, mas é também assim nos serviços internos. Esta é uma realidade que perdura, apesar dos bons resultados políticos que continuam a ser alcançados e neste sentido 2018 foi um ano particularmente positivo. Do ponto de vista político-diplomático, muitos bons exemplos poderiam ser dados, incluindo o facto de termos podido contar, neste seminário diplomático, com a presença do novo Diretor Geral da OIM, Dr. António Vitorino, mas permitam-me que destaque igualmente o sucesso da organização do "Mês de Portugal nos EUA", evento ilustrativo da otimização dos recursos ao serviço da política externa. Igualmente com bons resultados obtidos devemos referir a área consular e o apoio às comunidades portuguesas, salientando, entre muitas outras, as medidas preventivas e de apoio à comunidade portuguesa na Venezuela que têm vindo a ser implementadas, o trabalho para a divulgação da língua e cultura portuguesas no estrangeiro, salientando com apreço o sucesso da nossa participação na feira de Guadalajara, ou ainda na área da cooperação para o desenvolvimento, uma cada vez mais expressiva colaboração de entidades privadas, bem como o desenvolvimento de mais projetos de cooperação delegada. Especificamente no que diz respeito à internacionalização da economia, e apesar da relação com a AICEP estar a dar bons frutos e ser hoje impensável imaginar o MNE desligado da AICEP, entendo que ela pode e deve ainda ser aprofundada. Tudo isto para reforçar a ideia de que os meios que dispomos sendo escassos podem e devem ser conjugados, com vantagem, de forma a reforçar a ação externa do Estado português.

3. É, no entanto, necessário ir bem mais longe e muito mais rápido no que diz respeito aos meios indispensáveis para a prossecução dos nossos objetivos. Alguns passos, têm sido dados: terminou em 2018 um

concurso de 30 adidos e este ano haverá um novo para ingresso de mais 25 adidos, num esforço imprescindível de contínua renovação da carreira. Um novo concurso ocorrerá em 2020, logo que se abram novas vagas na categoria de adidos de embaixada. Por sua vez, foi possível acelerar o processo de colocação de diplomatas em embaixadas que só tinham chefe de missão, esforço que irá prosseguir em 2019, assim como o alargamento de residências oficiais pagas diretamente pelo Ministério e não através de abono de habitação. Em ambos os casos o objetivo é o de conseguir resolver por completo estas situações em 2019.

4. A reflexão sobre a rede externa do MNE, o seu reapetrechamento, a avaliação sobre as suas necessidades com vista a uma otimização da nossa representação externa deverá continuar a nortear as nossas preocupações em 2019.

5. O ano de 2019 deverá ser também aquele em que queremos começar a olhar de novo para os documentos que enquadram a carreira diplomática. Mais de 20 anos após a adoção do Estatuto, que desde 1998 apenas sofreu alterações pontuais, é tempo de analisar se o Decreto-Lei em vigor ainda serve o seu propósito. Não temos aqui um caminho traçado, mas apenas um fim em vista, o de acautelar a excelência de um corpo com as suas especificidades próprias como o diplomático. Estaremos, para isso, abertos a todos os contactos designadamente com todos os colegas e, institucionalmente, com a Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses e com a Associação das Famílias dos Diplomatas Portuguesas. E há aspetos que parecem hoje, mais do que nunca, ter de se acautelar devidamente, como a melhor adequação de condições ao exercício de funções no quadro externo, designadamente nos postos com condições de vida mais difíceis, a questão do adequado pagamento das escolas, o reconhecimento do papel do cônjuge, entre

outros. Temos também de saber responder a situações novas, como é a participação ativa no Serviço Europeu de Ação Externa, que entendemos como fazendo parte integrante da defesa dos interesses nacionais.

6. A questão dos meios indispensáveis para a prossecução dos nossos objetivos envolve todas carreiras do MNE. Nas carreiras gerais, com especial acuidade para a carreira de técnico superior é preciso criar condições para atrair, reter, fazer progredir e motivar estes trabalhadores, que têm dado um contributo particularmente valioso em muitas das Direções-Gerais do MNE, especialmente face à saída de trabalhadores que se tem verificado nos últimos tempos. Na época em que vivemos, e cada vez mais, temos de apostar no bem-estar de todos os que trabalham no MNE, melhorar a suas condições de vida e de trabalho, indo ao encontro das suas preocupações pessoais e profissionais e apostar claramente na conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal. O MNE não pode ficar afastado dos outros serviços da Administração Pública na preocupação com o bem-estar dos seus trabalhadores. Deve proporcionar-lhes condições de trabalho e reconhecer e valorizar as suas funções, sob pena de perder os seus melhores ativos. Estas questões deverão também ser estudadas em 2019, retomando-se ideias de valorização das carreiras, mas também absorvendo o MNE modelos que estão já a ser implementados noutros Ministérios.

7. Mas como a situação dos meios não será resolvida do dia para a noite, devemos também procurar trabalhar de maneira diferente. Estando bem conscientes das dificuldades que existem nos serviços externos tenho defendido ser necessário aliviar os postos, sobretudo aqueles mais carenciados de pessoal, de algumas tarefas administrativas,

centralizando-as com vantagem em Lisboa, sem prejuízo das competências próprias dos chefes de missão e do acompanhamento que aqueles continuarão a ter. Outros serviços diplomáticos já o fazem hoje, com aparente sucesso. Creio que em 2019 devíamos avançar decisivamente na operacionalização daquelas tarefas, pugnando por dar corpo a modelos de eficiência. Dou aqui alguns exemplos de áreas que, com vantagem, podem vir a ser centralizadas na sede. O processo de contratação do pessoal nos serviços externos. A contabilidade e prestação de contas dos postos. O processo de inventariação. A valorização do património do MNE no exterior. O tratamento do arquivo dos postos. E outros poderão ser, a seu tempo equacionados. Muito desta maneira diferente de trabalhar implicará mudanças, incluindo o uso redobrado das plataformas eletrónicas já existentes e a eventual criação de novas, procurando simplificar as obrigações administrativas dos postos. Implicará necessariamente também o reforço, a adaptação e a capacitação dos meios em Lisboa.

8. Continuando a referir-me às dificuldades que existem nos serviços externos, há muito que os trabalhadores reclamam por novas tabelas remuneratórias em vários postos e categorias de pessoal. E sabemos que, mesmo quando as autorizações para recrutamento chegam do Ministério das Finanças, há postos que não conseguem contratar, ou contratar os mais adequados, ou depois reter os trabalhadores, pelo desfasamento e rigidez que existe nas tabelas em relação ao mercado laboral local. Com as consequências adversas que naturalmente daí advêm, nomeadamente quando está em causa a prestação de um serviço público essencial. Haverá que retomar os contactos com o Ministério das Finanças para uma revisão destas situações, dando prioridade às de mais gritante desfasamento.

9. Três notas finais. Em primeiro lugar, as questões de segurança. O Ministério, como sabem, tem vindo a ser alvo de ataques sistemáticos a nível informático. Temos feito um enorme esforço de apetrechamento técnico e, com o apoio do Gabinete Nacional de Segurança, ao qual quero aqui prestar público reconhecimento, um investimento sem paralelo e a dedicação de um limitado número de funcionários, a situação tem tido algumas melhorias. Mas enfrentamos na maior parte das vezes agentes bem preparados e dispondo de enormes recursos, pelo que o risco não só é grave como é permanente. Temos de ter uma consciência nova desse risco. Tem de passar a fazer parte da cultura da Casa uma noção de adoção automática dos princípios fundamentais de cibersegurança, das boas práticas de utilização da informática.

   E neste domínio lamento, mas não é ainda isso que se passa. É minha obrigação lembrar-vos, em termos claros, que as falhas de um podem por em causa a segurança de todos. Compete a cada um de nós, e a cada Chefe de Missão, garantir a segurança do conjunto, sendo que o esforço nesta área continuará a ser prioritário em 2019. Na Secretaria de Estado estudaremos com o Ministério das Finanças a possibilidade de criação de uma célula de acompanhamento em matéria de segurança, que apoie os postos nas análises que são feitas localmente, nos contactos a estabelecer com outros departamentos da administração e na procura e operacionalização de soluções.

10. Uma segunda nota para abordar a questão das redes sociais, que sabemos serem hoje parte da vida diplomática. Elas devem ser vistas como instrumentos indispensáveis para promover e defender os interesses do país. Mas são instrumentos recentes e que nos colocam desafios novos, daí ser necessário refletir sobre a melhor forma de utilização institucional da comunicação digital em nosso proveito,

preservando a confidencialidade e a privacidade e, ao mesmo tempo, privilegiando a credibilidade da informação. A minha antecessora muito oportunamente circulou um conjunto de instruções sobre a matéria da utilização das redes sociais que se mantêm largamente atuais mas que importa cumprir com rigor. Neste âmbito vários aspetos poderiam aqui ser levantados, mas limitar-me-ei a sublinhar dois pontos. O primeiro, goste-se ou não, é que um agente diplomático nunca deixa de ser visto como tal, sobretudo se em posto. O que implica que qualquer opinião expendida sobre matérias de relações internacionais ou sobre matérias de política interna pode ser interpretada como traduzindo o posicionamento do nosso país ou refletindo a opinião do governo em funções. Donde decorre que o diplomata não deverá estranhar se a propósito de opinião publicada numa rede social for interpelado em termos semelhantes aos que decorreriam da publicação num qualquer meio de comunicação tradicional. Em segundo lugar, não obstante quanto acabo de dizer quanto à permanência da qualidade de diplomata, importa garantir uma completa separação entre contas oficiais e contas pessoais. Conviria evitar que contas pessoais sejam utilizadas para matérias profissionais do mesmo modo que as contas oficiais não devem como regra incluir matérias do foro pessoal. Mas, repito, como bem consta das regras a que acima me referi e cito a "separação, no entanto, não desobriga os utilizadores das responsabilidades de representação do ministério inerentes aos seus cargos". Meus caros colegas, apelo ao vosso profissionalismo e bom senso para não se deixarem levar pelo efeito 'moda' e para utilizarem aquilo que é hoje um poderosíssimo meio de influência para promoção e defesa dos nossos interesses, deixando para outros comentários, porventura populares, sobre matérias de politica externa, tantas vezes alheias ao posto em que se encontram, que

só poderão criar dificuldades à nossa regular atividade diplomática.

11. Terceira e última nota. O exercício da Presidência do Conselho da União Europeia no primeiro semestre de 2021 será seguramente um dos principais desafios a enfrentar. Não vamos iniciar agora a respetiva preparação, atempadamente isso foi já feito. Desde logo começando com a aprovação das condições estruturais indispensáveis ao cabal funcionamento de uma Representação Permanente que tem de lidar com os desafios das segunda e amanhã da terceira década do século XXI. Para além disto, que era um ponto prévio a tudo o resto, esperamos ter muito em breve uma aprovação dos meios indispensáveis às necessidades conjunturais que um exercício destes implica – e esta será uma Presidência diferente das anteriores, pois realiza-se no pós-Tratado de Lisboa –. Um plano de formação para as diferentes vertentes do exercício da Presidência está já delineado e começará a ser executado em 2019.

12. Termino acentuando que há que ter a perceção de que a Politica Externa se faz no dia-a-dia dos postos, na presença e na capacidade de atuação de cada um de nós, seja nas multilaterais, nos nossos postos bilaterais em África, na Ásia, nas Américas ou nas capitais europeias. É aí, com o apoio da retaguarda em Lisboa, que o País promove e defende os seus interesses. Melhores condições terão sempre como contrapartida uma maior exigência em termos de resultados e redobradas obrigações para todos nós. Esse é um compromisso que, estou certo, todos estamos prontos a assumir. Porque todos temos consciência de que uma rede diplomática com mais meios será uma vantagem não apenas para o corpo diplomático ou para o MNE, mas também seguramente e muito mais importante uma mais-valia para o país. É o espírito de servir que nos move e que continuará a guiar-nos no futuro. Conto com todos vós e

desejo-vos e às vossas famílias um ano de 2019 muito feliz e repleto de êxitos pessoais e profissionais.

# Programa do Seminário Diplomático 2019

| Quinta-Feira, dia 3 de Janeiro – Auditório do Museu do Oriente | |
|---|---|
| *08h30* | Receção dos Participantes |
| *09h30-10h30* | Sessão Pública de Abertura<br>– Presidente da Fundação Oriente, Carlos Monjardino<br>– Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva<br>*Museu do Oriente, Auditório* |
| *10h30-11h00* | **Coffee Break** |
| *11h00-12h45* | Diretor Geral da Organização Internacional das Migrações, António Vitorino<br>*Museu do Oriente, Auditório* |
| *12h45-13h00* | Breve Apresentação do Grupo Rui Costa e Sousa & Irmão, S.A.<br>*Museu do Oriente, Auditório* |
| *13h00-15h00* | Almoço de trabalho oferecido pela Empresa Sr. Bacalhau em parceria com a Ourogal e Quinta da Pacheca (*por Convite*)<br>*Museu do Oriente, Salão Macau* |
| *15h00-16h30* | Painel Temático: Diplomacia económica: Utilizar o turismo<br>– Secretário de Estado da Internacionalização, Eurico Brilhante Dias (Moderador)<br>– Secretária de Estado do Turismo, Ana Mendes Godinho<br>– Administrador do Grupo Vila Galé, Gonçalo Rebelo de Almeida<br>*Museu do Oriente, Sala Nova Deli (4º andar)* |
| *15h00-16h30* | Painel Temático: Europa e África: Parceria para o desenvolvimento<br>– Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Teresa Ribeiro<br>– Secretária de Estado da Defesa Nacional, Ana Santos Pinto<br>– Professor do ISCTE, Fernando Jorge Cardoso<br>*Museu do Oriente, Sala Beijing (4º andar)* |
| *16h30-17h00* | **Coffee Break** |
| *17h00-17h45* | VI Edição da entrega do Prémio Francisco de Melo Torres<br>"Diplomata do Ano"<br>*Museu do Oriente, Auditório* |
| *19h00* | Apresentação de Cumprimentos de Ano Novo a Sua Excelência o Presidente da República<br>*Antigo Museu dos Coches* |

| SEXTA-FEIRA, DIA 4 DE JANEIRO – AUDITÓRIO DO MUSEU DO ORIENTE | |
|---|---|
| ***09h30-10h45*** | **PAINEL TEMÁTICO: OS REPTOS DA DIGITALIZAÇÃO**<br>– Diretora do Departamento de Machine Learning da Universidade Carnegie Mellon e do Departamento de Inteligência Artificial da JP Morgan Chase, Manuela Veloso<br>– Diretor do Instituto Superior Técnico, Arlindo Oliveira<br>*Auditório do Museu do Oriente* |
| ***10h45-11h15*** | **Coffee Break** |
| ***11h15-13h00*** | **GRUPOS REGIONAIS "ACÇÃO EXTERNA INTEGRADA"**<br>– **Grupo ÁFRICA**: Teresa Ribeiro, Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação e Maria Manuel Serrano, Administradora da AICEP<br>*Museu do Oriente, Sala Tóquio*<br>– **Grupo AMÉRICA**: José Luís Carneiro, Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas e António Silva, Administrador da AICEP *(Sala Díli)*<br>*Museu do Oriente, Sala Díli*<br>– **Grupo ÁSIA**: Eurico Brilhante Dias, Secretário de Estado da Internacionalização e João Dias, Administrador da AICEP *(Sala Goa)*<br>*Museu do Oriente, Sala Goa*<br>– **Grupo EUROPA**: Ana Paula Zacarias, Secretária de Estado dos Assuntos Europeus e Madalena Oliveira e Silva, Administradora da AICEP *(Sala Beijing)*<br>*Museu do Oriente, Sala Beijing*<br>– **Grupo MENA**: Pedro Costa Pereira, Diretor Geral de Política Externa e Pedro Patrício, Diretor Rede Externa e Institucionais da AICEP *(Sala Macau)*<br>*Museu do Oriente, Sala Macau* |
| ***13h15-15h00*** | **Almoço oferecido pelo Primeiro-Ministro**<br>(*por Convite*)<br>*Palácio das Necessidades* |
| ***15h30-17h00*** | **PAINEL TEMÁTICO: OS DESAFIOS DA ZONA EURO**<br>– Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva<br>– Ministro das Finanças e Presidente do Euro-grupo, Mário Centeno<br>*Auditório do Museu do Oriente* |
| ***17h00*** | **ENCERRAMENTO DO SEMINÁRIO**<br>– Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Álvaro Mendonça e Moura<br>*Auditório do Museu do Oriente* |
| ***18h00*** | **RECEÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE CUMPRIMENTOS A S. EXª O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**<br>*Assembleia da República* |

# Notas Biográficas dos Oradores

**ÁLVARO MENDONÇA E MOURA - SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**

Nasceu em 17 de março de 1951, no Porto; licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra; antigo professor do ensino superior; aprovado no concurso de admissão aos lugares de adido de embaixada, aberto em 13 de novembro de 1974; adido de embaixada, na Secretaria de Estado, em 13 de agosto de 1975; terceiro-secretário de embaixada, em 12 de janeiro de 1978; segundo-secretário de embaixada, em 14 de março do mesmo ano; na Delegação Permanente junto da EFTA e do GATT, em Genebra, em 4 de janeiro de 1979; primeiro-secretário de embaixada, em 13 de outubro de 1982; na Embaixada em Pretória, em 26 de março de 1985; encarregado de negócios a.i., no mesmo posto, desde 27 de junho de 1988 até 20 de abril de 1989; conselheiro de embaixada, em 8 de agosto de 1990; na Secretaria de Estado, em 30 de agosto de 1990, como Diretor de Serviços da África Subsariana; Chefe do Gabinete do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, em 1 de junho de 1991; Chefe do Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 12 de novembro de 1992; ministro plenipotenciário de 2.ª classe, em 22 de fevereiro de 1994; na Embaixada em Viena com credenciais de Embaixador, em 1 de dezembro de 1995, sendo Representante-Residente junto da Agência Internacional de Energia Atómica e Representante Permanente junto da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial e das outras organizações das Nações Unidas com sede em Viena; acreditado simultaneamente, com credenciais de Embaixador, em Ljubljana, em 14 de fevereiro de 1996 e em Bratislava, em 27 de junho de 1996; presidente do Comité Preparatório da 20ª Sessão especial da Assembleia Geral da ONU, sobre drogas, de março de 1997 a Junho de 1998; Presidente do Comité Plenário da 20ª Sessão especial da Assembleia-Geral da ONU, de 8 a 10 de junho de 1998; Ministro plenipotenciário de 1ª classe, em 2 de março de 1998; Representante Permanente junto dos Organismos e Organizações Internacionais em Genebra, em 15 de junho de 1999; embaixador, em 13 de agosto de 2002; Representante Permanente junto da União Europeia, em 1 de outubro de 2002; Presidente do Comité dos Representantes Permanentes, COREPER, de 1 de julho a 31 de dezembro de 2007; embaixador em Madrid, em 3 de novembro de 2008; Representante Permanente junto das Nações Unidas, em Nova Iorque, em 17 de abril de 2013; na disponibilidade, em 17 de junho de 2017; em missão extraordinária de serviço diplomático, no mesmo posto, em 18 de junho de 2017; Secretário-Geral, em 2 de outubro de 2017.

**ANA MENDES PINTO – Secretária de Estado do Turismo**

Nasceu em Lisboa em 1972. Licenciada em Direito pela Faculdade da Universidade de Lisboa. Pós-graduação em Direito do Trabalho e Legística e Ciência da Legislação. Foi Diretora dos Serviços de Apoio à Atividade Inspetiva e Inspetora do Trabalho da Autoridade para as Condições do Trabalho entre 2012 e 2015. Foi Vice-Presidente do Turismo de Portugal. Foi Administradora da Turismo Capital. Foi Administradora da Turismo Fundos. Foi Vice-Presidente do Conselho geral do Fundo Imobiliário de Apoio às Empresas. Foi membro do Conselho Consultivo do INATEL. Foi adjunta e Chefe do Gabinete do Secretário de Estado do Turismo do XVII Governo Constitucional. Foi coordenadora e docente do curso de Pós-graduação de Direito do Turismo na

Faculdade de Direito de Lisboa. Foi Secretária de Estado do Turismo do XXI Governo Constitucional, desde novembro de 2015.

**ANA PAULA ZACARIAS - Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**

Nasceu em Lisboa a 5 de janeiro de 1959. Licenciou-se em Antropologia Cultural pela Universidade Nova de Lisboa (UNL), sendo posteriormente assistente na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL. É diplomata do Ministério dos Negócios Estrangeiros desde 1983, com uma longa carreira em Portugal e no exterior. Antes de assumir o atual cargo de Secretária de Estado, desempenhou funções no Serviço Europeu de Ação Externa como Embaixadora da União Europeia para a Colômbia e Equador desde 2015 e anteriormente, Embaixadora da UE para o Brasil, desde 2011. Em Portugal, foi Vice-presidente do Instituto Camões, Consultora para as Relações Internacionais na Presidência da República, Diretora dos Serviços de Informação e Imprensa do MNE, Representante do MNE no Pavilhão de Portugal e das Comunidades Portuguesas durante a Expo 98, Secretária de Embaixada nos Serviços do Protocolo do Estado e na Direção de Serviços da Europa. No estrangeiro, foi Representante Adjunto na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia, Embaixadora de Portugal na Estónia, Representante Permanente Adjunto na Delegação de Portugal junto da UNESCO em Paris, Representante de Portugal junto da União Latina, Cônsul de Portugal em Curitiba e Secretária de Embaixada na Embaixada de Portugal em Washington.

**ANA SANTOS PINTO - Secretária de Estado Da Defesa Nacional**

Nasceu em Lisboa, em 16 de dezembro 1978. Doutorada em Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa; Mestre em História das Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE-IUL) e Licenciada em Ciência Política e Relações Internacionais, pela Universidade Nova de Lisboa. Tem como principais áreas de investigação académica as Identidades em Política Internacional, a Política Externa e de Segurança da União Europeia e geopolítica do Médio Oriente. Colabora, regularmente, com vários órgãos de comunicação social. Professora Auxiliar no Departamento de Estudos Políticos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Nova FCSH), Investigadora e Membro do Conselho Executivo do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI-Nova) e Investigadora Associada do Instituto da Defesa Nacional (IDN). Entre outras atividades profissionais, desempenhou funções de Consultora de Investigação para a Organização das Nações Unidas, no Projeto Aliança das Civilizações (2008-2010), foi Assessora para as Relações Internacionais do Ministro da Defesa Nacional do XVII Governo Constitucional (2006-2009) e Assistente de Investigação no Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (2001-2003).

**ANTÓNIO VITORINO – Diretor Geral da OIM**

Nascido a 12 de janeiro de 1957 em Lisboa, António Vitorino é licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da universidade de Lisboa, tendo também um mestrado em Ciência Política e Legal conferido pela mesma instituição. É autor de várias obras sobre Legislação Constitucional, Ciência Política, Legislação

Comunitária Europeia. António Vitorino é o atual Diretor-Geral da Organização Internacional para as Migrações, tendo sucedido ao diplomata americano William Lacy Swing no cargo em fevereiro de 2018. Antigo Comissário Europeu para a Justiça e Administração Interna entre 1999 e 2004, foi também Ministro da Presidência e da Defesa Nacional entre 1995 e 1997, no XIII Governo Constitucional, liderado pelo atual Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres. Foi eleito deputado à Assembleia da República pela primeira vez em 1980, tendo sido nomeado Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares em 1983, cargo que ocupou até 1985. Foi Secretário Adjunto do Governador de Macau de 1986 a 1989. Regressou em 1989 a Lisboa para servir como juiz do Tribunal Constitucional até 1994. A partir de 2005 deixou a política partidária ededicou-se à advocacia, retomando a sua posição na firma de advogados Cuatrecasas, Gonçalves Pereira & Associados. É ainda presidente do think-tank Notre Europe desde 2011. Recebeu a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo em 2014; é também Grande-Oficial da Ordem da República do Egito, condecoração que recebeu em 1997.

---

**ARLINDO OLIVEIRA – Presidente do Instituto Superior Técnico**

Nasceu em Negage, Angola, em 1963. Professor do Departamento de Informática e Engenharia do Instituto Superior Técnico (IST). Actualmente o Presidente do IST e membro do seu conselho executivo. Obteve um PhD da UC Berkeley em 1994, depois de um bacharelado e um mestrado do IST, em 1986 e 1989, respectivamente. Principais áreas de interesse são Algoritmos e Complexidade, Aprendizado de Máquina, Bioinformática e Design de Circuitos Digitais. Trabalhou no CERN, Cadence Laboratories e INESC-ID. Membro da Academia Portuguesa de Engenharia e membro senior do IEEE.

---

**AUGUSTO SANTOS SILVA - Ministro dos Negócios Estrangeiros**

Nasceu no Porto, em 1956. É casado, pai de três filhos e avô de (por enquanto) três netos. A sua formação política fez-se, nos princípios dos anos 70, no contexto das lutas estudantis contra a ditadura. Frequentava, então, o ensino secundário. Foi depois dirigente da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras do Porto, onde se licenciou em História. Participou em diferentes movimentos de natureza cívica e política, tendo aderido ao Partido Socialista em 1990. Desempenhou várias funções políticas, incluindo como deputado à Assembleia da República (2002-2005 e 2011) e membro de Governos de António Guterres, José Sócrates e António Costa (1999-2002, 2005-2011 e desde 2015). No plano profissional, doutorou-se em Sociologia pelo ISCTE –IUL e fez a agregação em Ciências Sociais na Universidade do Porto, de cuja Faculdade de Economia é professor catedrático. Ocupou diversos cargos de gestão universitária, entre os quais o de presidente do Conselho Científico da sua Faculdade e o de pró-reitor da sua Universidade. É autor de vários livros no domínio da epistemologia das ciências sociais, da sociologia da cultura e do desenvolvimento, e do pensamento político.

---

**CARLOS MONJARDINO - Presidente do Conselho de Administração da Fundação Oriente**

Nasceu em Lisboa, em 1942. Estudou em Londres, na *London School of Foreign Trade* e na *University of London* (*HND Business Studies*), e em Paris (*Certificat de Technique Bancaire*). É também membro fundador e ex-Presidente do centro português

de Fundações e do centro Europeu de Fundações, Bélgica. Atualmente ocupa cargos de administração em várias fundações, nomeadamente, Fundação Monjardino, Fundação Mário Soares, Fundação Stanley Ho, em Portugal, e *Madariaga European Foundation*, Bélgica. É igualmente Presidente da Academia Internacional da Cultura Portuguesa e Presidente do Conselho de Administração do Banco Português de Gestão. Da sua atividade profissional, destaca-se a longa carreira bancária, tendo ocupado vários cargos na administração de diversos bencos portugueses e europeus desde 1966. Entre outras atividades, foi ainda Presidente da Direção da TVI – Televisão Independente (1996-97), Administrador da Petrogal (1995-98) e Presidente do Conselho de Administração da Generg, SGPS, SA – empresa de energias renováveis (2003-11). Na política, desempenhou funções de Secretário-Adjunto para a Economia, Finanças e Turismo, e de Governador Substituto do Governo de Macau (1986-87) e foi Presidente da Assembleia municipal de Cascais (1994-97).

---

**EURICO BRILHANTE DIAS – Secretário de Estado da Internacionalização**

Nasceu a 15 de março de 1972, em Lisboa. Doutorado e Mestre em Ciências Empresariais pelo ISCTE-IUL (2007 e 1999, respetivamente), e Licenciado em Gestão de Empresas pelo ISLA Lisboa – atual Universidade Europeia de Lisboa (1995). Foi deputado à Assembleia da República na XIII Legislatura, Vice-Presidente da Comissão dos Assuntos Europeus e membro da Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa. Professor Auxiliar no ISCTE Business School (desde 2000); Professor na Universidade Europeia, ao abrigo de protocolo com o ISCTE-IUL (2013-2017); Professor do Instituto Politécnico de Setúbal, na Escola Superior de Ciências Empresariais, ao abrigo de protocolo com o ISCTE-IUL (2013); e Assistente Estagiário, Assistente e Professor Auxiliar no ISLA Lisboa (hoje Universidade Europeia) – (1995-2000 e em 2009-2011). Investigador Associado da Business Research Unit – ISCTE (desde 2000); Perito Externo da *Executive Agency for Small and Medium Enterprises*, Comissão Europeia (ao abrigo do Programa COSME – Horizonte 2020 – 2017); Investigador Associado da Business Research Unit – ISCTE (desde 2000); Membro do Conselho Geral do ISCTE – IUL (2013-2017); Diretor da Licenciatura de Gestão do ISCTE-IUL (2014-2016) e Membro do Centro de Estudos INOUT Global ISCTE (2001-2006). Foi Membro Executivo do Conselho de Administração da AICEP (2010-2011); Membro Executivo do Conselho de Administração da AICEP Global Parque (2007-2010); Membro do Conselho de Administração da ADRAL (2007-2008); Membro da Comissão de Peritos para o Desenvolvimento do Programa Portugal Logístico (2006); Consultor de Empresas na Logistema e Diretor da Unidade Logisformação (1999-2001).

---

**FERNANDO JORGE CARDOSO – Investigador do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE**

Nasceu em Moçambique, em 1952. É doutorado (1991) com agregação (2006) em Economia pelo ISEG. Em Moçambique, licenciou-se em economia (1976), foi docente e diretor da Faculdade de Economia da UEM e assessor do Ministro do Plano (1977-1983) e diretor-geral da empresa açucareira Maragra (1983-1985). Em Portugal é desde Outubro de 2012 coordenador da área de estudos do IMVF e docente convidado do ISG. Foi docente na UML (1991-2007), UFP (2008-2011), ISEG (1993-1994) e ISCTE (1995-2000). Foi responsável do programa África do IEEI (1991-2012). Lecionou 26 disciplinas, participou em 55 júris de doutoramento/mestrado e em 19 projetos de pesquisa. Realiza consultorias, tendo liderado a avaliação de programas de ajuda ao desenvolvimento em Angola, Moçambique e Cabo Verde. Tem bibliografia publicada sobre temas africanos, do desenvolvimento e das relações internacionais, sendo autor ou coautor de 10 publicações autónomas, cerca de meia

centena de artigos em capítulos de livros e revistas e de uma centena de comunicações.

**GONÇALO REBELO DE ALMEIDA – Administrador do Grupo Vila Galé**

44 anos, licenciado pela Universidade Lusíada de Lisboa, fez um curso de Marketing Avançado para Hotelaria na Universidade de Cornell. Administrador do grupo Vila Galé com os pelouros de Marketing e Vendas, Operações, TI e RH. Foi responsável pelo lançamento de vários produtos e serviços dentro do grupo: Programa de fidelização, *websites*, aplicações mobile, ERP Vila Galé, academia Vila Galé, programa Vila Galé Staff e mais recentemente produtos na área do turismo médico e de saúde, com aplicação prática no novo hotel Vila Galé Sintra que inaugurou em Abril de 2018.

**JOSÉ DE FREITAS FERRAZ - Diretor do Instituto Diplomático**

Nascido em Lisboa a 29 de outubro de 1949. Foi Embaixador de Portugal no Japão, em Moçambique e na Dinamarca. Ao longo da sua carreira foi Diretor Geral dos Assuntos Europeus de 2008 a 2011; no Gabinete do Primeiro Ministro de Outubro de 1995 a Dezembro de 2000. Antes tinha sido Correspondente Europeu na Secretaria de Estado; membro do Grupo Antici na Representação permanente de Portugal em Bruxelas entre 1990 e 1993. Esteve igualmente em posto como Secretário de Embaixada em Madrid, Maputo e Washington. Entrou no Ministério dos Negócios Estrangeiros no concurso aberto em 1978. Foi promovido a Embaixador de categoria em 2008. Licenciado em História pela Universidade de Umea.

**JOSÉ LUÍS CARNEIRO - Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas**

Nasceu a 4 de Outubro de 1971, em Baião. Licenciado em Relações Internacionais. Mestre em Estudos Africanos. Concluiu a parte escolar do Doutoramento em Ciência Política e Administração. Docente Universitário na Universidade Lusíada e no Instituto de Ciências da Informação e Administração (Aveiro), com funções suspensas. Deputado nas X e XIII Legislatura. Vereador sem pelouro na Câmara Municipal de Baião entre Janeiro de 1998 e 2 de Novembro de 2005. Presidente da Câmara Municipal de Baião entre o dia 2 de Novembro de 2005 e o dia 23 de Outubro de 2015. Membro do Comité das Regiões entre 2006 e 2015. Integrou as Comissões de Educação, Juventude, Ciência e Cultura (EDUC) e a comissão de Coesão Territorial (COTER). Foi, ainda, eleito Presidente da Comissão de Recursos Naturais (NAT), função que desempenhou entre Fevereiro e Outubro de 2015. Eleito Presidente da Assembleia Municipal de Baião a 1 de outubro de 2017. Colaborou com diversos títulos da imprensa escrita, através da escrita de artigos jornalísticos e de opinião sobre política nacional e internacional, com particular relevância para a análise sobre a realidade dos países da África Lusófona.

**MANUELA VELOSO – Diretora do Departamento de *Machine Learning* da Universidade Carnegie Mellon e do Departamento de Inteligência Artificial da JP Morgan Chase**

Natural de Lisboa, nascido em 12 de agosto de 1957, licenciada e mestre em Ciências da Engenharia Eletrotécnica pelo Instituto Superior Técnico (Lisboa, Portugal) em 1980 e 1984, respetivamente. Frequentou a Universidade de Boston, e recebeu um *Master of Arts* em Ciência da Computação em 1986. Doutorada pela Universidade Carnegie Mellon em Ciência da Computação, em 1992. Diretora do Departamento de *Machine Learning* e Professora Herbert A. Simon na Escola de Ciência da Computação da Universidade Carnegie Mellon, em Pittsburgh, nos EUA,. Foi Presidente *da Association for the Advancement of Artificial Intelligence* (AAAI) até 2014, e cofundadora e ex-Presidente da Federação RoboCup. Membro da AAAI, do *Institute of Electrical and Electronics Engineers* (IEEE), da *American Association for the Advancement of Science* (AAAS), e da *Association for Computing Machinery* (ACM). É especialista internacional em inteligência artificial e robótica. Desde maio de 2018, que lidera o Centro de Pesquisa de Inteligência Artificial da JP Morgan Chase. Distinguida com vários prémios académicos, já publicou mais de 250 artigos científicos e é um dos membros do Conselho da Diáspora, associação sem fins lucrativos, constituída em 2012, que tem por objetivo estreitar as relações entre Portugal e os portugueses que residem fora do país e sejam influentes em áreas como a economia, a ciência, a cultura e a cidadania.

---

**MÁRIO CENTENO – Ministro das Finanças e Presidente do Eurogrupo**

Nasceu em Olhão, em 1966. É doutorado em Economia pela Universidade de Harvard, EUA, 1995-2000, e Mestre em Economia também pela Universidade de Harvard, 1998, Mestre em Matemática Aplicada no ISEG-UTL, 1993, e licenciado em Economia pelo ISEG-UTL, 1990. Foi eleito deputado à Assembleia da República na XIII Legislatura. É Consultor da Administração do Banco de Portugal, desde 2014. É Professor Catedrático do ISEG, Universidade de Lisboa. Foi Diretor Adjunto do Departamento de Estudos Económicos, Banco de Portugal, entre 2004 e 2013. Foi Presidente do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento das Estatísticas Macroeconómicas, no Conselho Superior de Estatística, 2007-2013. Foi membro ao Comité de Política Económica da Comissão Europeia, entre 2004 e 2013. Economista, Banco de Portugal, 2000-2004. Foi Membro da Comissão do Livro Branco das Relações Laborais, 2006-2007. É Membro do Conselho Editorial do *Portuguese Economic Journal*, desde 2001. Foi Membro do Comité Executivo da *European Association of Labor Economists*, 2003-2005. No âmbito das suas áreas de interesse de investigação – Economia do Trabalho, Econometria, Microeconomia, Teoria dos Contratos – é autor e coautor de inúmeras publicações científicas, livros e capítulos de livros.

---

**MARTA MARIZ – Presidente da Comissão Executiva da SOFID**

Licenciada em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Frequentou um *Senior Management Program* no INSEAD. Foi Diretora por mais de 10 anos na área internacional do Novo Banco, tendo sido responsável pela unidade de apoio à internacionalização das empresas portuguesas. Foi Administradora do Banco Internacional de Cabo Verde. Foi Vice-presidente da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Mexicana, da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa, da *Camera di Commercio Italiana per il Portogallo*. Foi membro do Conselho Diretivo da Câmara de Comércio e Indústria Luso-francesa. Presidente da Comissão Executiva da

SOFID desde Junho de 2018.

**TERESA RIBEIRO - Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação**

Nasceu em Moçambique, em 1954. É licenciada em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, certificado da Universidade de Harvard, J.F. Kennedy School, e curso de Auditora de Defesa Nacional. Foi Secretária-Geral Adjunta da União para o Mediterrâneo, entre 2013 e 2015. Foi Secretária de Estado dos Assuntos Europeus entre 2008 e 2009. Foi copresidente do Comité de Comércio Externo e Investimento do Mediterrâneo, na Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo, entre 2010 e 2011. Foi Administradora da Agência Portuguesa para o Investimento e Comércio Externo (AICEP), nos anos de 2010 e 2011. Foi presidente do Instituto de Comunicação Social (ICS), em 2000-2008. Foi presidente do Comité Diretor dos Mass Media, do Conselho da Europa, em 1999-2000. Foi presidente do Observatório de Comunicação (Obercom), em 1998-2000.